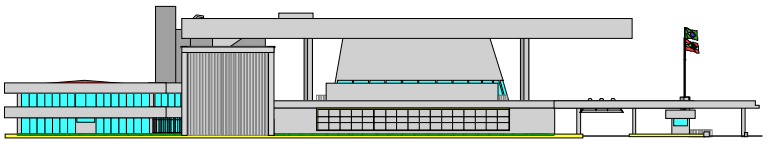
17ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

3ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII | FLORIANÓPOLIS, 27 DE MARÇO DE 2013 | NÚMERO 6.529

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Ana Paula Lima

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Dóia Guglielmi

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Mauro de Nadal
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Valmir Comin
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Aldo Schneider
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Gelson Merisio
Angela Albino
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Valmir Comin
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Valmir Comin
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Ismael dos Santos
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Jorge Teixeira
Angela Albino
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Altair Guidi - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Altair Guidi
Gilmar Knaesel

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação:
Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.
Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:
Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.
Coordenadora em exercício:
Nadia Regina Pereira

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:
Responsável pela impressão.
Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII
NESTA EDIÇÃO: 36 PÁGINAS
TIRAGEM: 5 EXEMPLARES

ÍNDICE

Plenário
Ata da 016ª Sessão Ordinária realizada em 14/03/2013.....2
Ata da 017ª Sessão Ordinária realizada em 19/03/2013.....11

Atos da Mesa
Atos da Presidência DL 19
Atos da Mesa DL 19
Atos da Mesa 19

Publicações Diversas
Atas de Comissões Permanentes 22
Extrato 23
Ofícios 24
Portarias.....24
Projeto de Emenda Constitucional 32
Projetos de Lei.....33
Projeto de Lei Complementar....36
Requerimento.....36

PLENÁRIO

ATA DA 016ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon -Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Manifesta-se acerca do anúncio da presidente da República no Dia Internacional da Mulher.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Presta homenagem a Manoel Alves Ribeiro.
DEPUTADO JAILSON LIMA - Tece considerações a respeito da eleição do novo Papa.
DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute o aumento do preço do almoço nos restaurantes populares de Joinville.

Partidos Políticos

DEPUTADO RENO CARAMORI - Presta homenagem ao município de Biguaçu.
DEPUTADO DARCI DE MATOS - Manifesta-se a respeito de o governo ter revogado o Decreto n. 1.357 por 90 dias.
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT - Registra fatos desagradáveis que estão ocorrendo em Palhoça.
DEPUTADO NEODI SARETTA - Registra a Semana de Mobilização da Saúde na Escola.
DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Registra a edição da 5ª Osterfest, na cidade de Pomerode.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Relata o trabalho da Frente Parlamentar Catarinense em Defesa da Saúde.
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se à segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados, todos que acompanham esta sessão. Neste primeiro momento quero fazer uma referência ao encontro da Uvesc, que inicia no dia de hoje.

Fui vereadora no município de Chapecó, por dois mandatos, e sempre participei desses eventos; por isso, entendo que é importante os vereadores também terem processos formativos com a participação do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, enfim, estou fazendo essa referência à Uvesc e também a todos os vereadores que participam desse encontro de formação.

Mas quero me dirigir, sr. presidente, ao anúncio que a nossa presidente da República fez no Dia Internacional da Mulher e que tem sido objeto de muitas discussões a partir desse anúncio.

(Passa a ler.)

"O governo federal investirá R$ 265 milhões em serviços integrados de atendimento à mulher em situação de violência.

Neste sentido, então, foi criado o programa Mulher: Viver sem Violência, que é destinado à adesão dos governos estaduais, prevendo a criação de centros integrados de serviços especializados, humanização do atendimento em saúde, cooperação técnica com o sistema de justiça e campanhas educativas de prevenção e enfrentamento à violência de gênero. Inclusive também aumentará centros de atenção às mulheres em áreas de fronteiras do Brasil com a Bolívia, Guiana Francesa, Guiana Inglesa, Paraguai e outros países".

Esses serviços atendem a um desejo que está preconizado na Lei Maria da Penha, que é a garantia de espaços únicos com a oferta de todos os serviços destinados ao combate à violência doméstica.

(Continua lendo.)

"Para termos uma ideia, nesse centro de referência teremos serviços de segurança, justiça, saúde, assistência social, acolhimento, abrigamento e orientação às mulheres vítimas de violência para o trabalho, para o emprego e renda, que passarão a ser integrados por meio desse conjunto de programas".

Então, essa iniciativa propõe aos governos estaduais estratégias para melhoria e rapidez no atendimento quando a mulher sofre a violência.

(Continua lendo.)

"Também é importante destacar que serão investidos em dois anos R$ 265 milhões, sendo para este ano em torno de R$ 137, 8 milhões. O total será aplicado da seguinte forma: serão R$ 115 milhões na construção de prédios e nos custos de equipagem e manutenção, mais R$ 25 milhões na ampliação da Central de Atendimento à Mulher.

Então, o disque 180 passa a ter um reforço também. E teremos R$ 13 milhões na humanização do atendimento à saúde pública e R$ 7 milhões na humanização das perícias, para que quando a mulher sofra uma violência física possamos ter uma perícia mais ágil na coleta das provas e também dos crimes sexuais, e R$ 4,3 milhões em serviços de fronteira.

Gostaria ainda de destacar que na Casa da Mulher Brasileira, como tem sido carinhosamente chamada, haverá delegacias especializadas ao atendimento à mulher. É importante destacar que em Santa Catarina ainda não temos nenhuma delegacia especializada conforme os ditames da Lei Maria da Penha, e também juizados e varas especializados. Temos dois juizados da violência doméstica em Santa Catarina, somente um em Florianópolis e outro no oeste do estado e defensorias. É importante registrar que a partir de hoje a Defensoria Dativa não existe mais em Santa Catarina, ontem foi o último prazo para encerrar o convênio e a partir de 14 de março teremos a Defensoria Pública com míseros 20 defensores públicos sendo nomeados, ao invés dos 60 defensores, conforme lei aprovada nesta Casa.

Teremos também promotorias, equipe psicossocial, composta de psicólogas, assistentes sociais, sociólogas e educadoras para identificar a perspectiva de vida da mulher e prestar acompanhamento permanente. Equipe de orientação ao emprego e à renda. A Casa da Mulher Brasileira também terá brinquedoteca e espaço de convivência para as mulheres.

O custo de cada Casa da Mulher Brasileira será em média R$ 4,3 milhões, incluindo construção financiada pelo governo federal, aquisição de equipamentos, mobiliários e transporte. A previsão desta Casa da Mulher Brasileira é atender cerca de 200 pessoas por dia e 72 mil pessoas por ano.

Quero dar um exemplo de como funcionaria esta Casa da Mulher Brasileira. 'Hoje a vítima entra o serviço por delegacia, hospital ou disque 180. E a partir daí, começa a busca por uma série de direitos que podem levar muito tempo e até mesmo custar a vida da mulher. Nosso objetivo é evitar que a vítima da violência se perca no caminho do acesso aos serviços públicos. Por isso, estamos investindo na integração da rede de serviços já existente e criando um modelo arrojado que faça frente à violência patriarcal', afirma a ministra Eleonora Menicucci.

Neste espaço também teremos orientações para trabalho, emprego e renda onde as mulheres que ainda não têm uma profissão e são vítimas de violência serão encaminhadas para cursos de formação e qualificação profissional, entre eles o Pronatec/Brasil em Miséria e o Mulheres Mil."

Então, gostaria de destacar a importância que tem esse anúncio. E, nesse sentido, quero tornar público que, como coordenadora da bancada feminina, deputada Dirce Heiderscheidt, já solicitei ao governador Raimundo Colombo uma audiência conosco, as quatro parlamentares, para que possamos nos agilizar para que Santa Catarina tenha, quem sabe, uma das primeiras Casas da Mulher Brasileira do país. Isso vai depender muito desse termo de adesão assinado, de forma rápida, entre o estado e o governo federal.

Então, quero dizer que se trata de R$ 4,3 milhões em investimentos, pois tivemos no ano passado em torno de 32 mil boletins de ocorrência em Santa Catarina em se tratando de violência doméstica.

Portanto, deputado Sargento Amauri Soares, há muito que avançar com relação à vida das mulheres em nosso estado.

E gostaria que nós da bancada feminina tivéssemos, de fato, essa conquista e teremos essa conversa com o governador.

Da mesma forma, quero manifestar-me com relação a uma moção encaminhada pela deputada Ana Paula Lina, líder na nossa bancada feminina. Trata-se de uma moção muito importante destinada à comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal dando conta de que o deputado Marcos Feliciano, nomeado presidente da referida comissão, expõe posições de intolerância às diferenças e contrário às minorias, as quais deveria mediar junto ao Parlamento, já que é sua função.

Então, manifestamos a nossa preocupação com relação a este deputado ocupar essa função, somos solidários aos movimentos ligados às minorias e solicitamos a destituição deste deputado.

Quero pedir o apoio dos demais deputados, porque não é possível um deputado tão preconceituoso presidir uma comissão tão importante.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, funcionários deste Poder Legislativo, público que nos acompanha através da TVAL ou pela Rádio Alesc Digital, no meu pronunciamento desta manhã gostaria de homenagear um grande catarinense que, se estivesse vivo, teria completado, ontem, no dia 13 de março, 110 anos de vida.

Estou me referindo a Manoel Alves Ribeiro, conhecido pelos seus amigos e companheiros como seu Mimo. Nasceu na pequena cidade de Imaruí, no sul do estado, e ainda muito jovem veio morar na Grande Florianópolis. Foi operário na construção da ponte Hercílio Luz.

Então estamos falando de um cidadão catarinense, de um militante comunista brasileiro que ajudou a construir a ponte Hercílio Luz, que foi inaugurada em 1926 e que há algumas décadas está em desuso por excesso de uso.

Portanto, estamos falando de uma pessoa que, como faleceu em 29 de setembro de 1994, viveu e militou durante sete décadas do século XX, do século passado.

(Procede-se à exibição da foto do seu Mimo.)

O seu Mimo era natural de Imaruí, próximo de Laguna, mas se tornou também um manezinho de Florianópolis desde a primeira juventude.

Na década de 30 ainda se tornou militante comunista, ingressando no Partido Comunista Brasileiro.

Quando faleceu, em 1994, morava há cerca de dez anos na Tapera, numa casa que ele mesmo construiu e servia, evidentemente, como sua residência e também para abrigar militantes que precisassem de descanso ou recuperação das condições de saúde. Todos podemos imaginar que ainda na década de 80 muitos militantes de esquerda precisavam de um espaço para a recuperação física ou até psicológica em virtude do processo da ditadura pela qual se tinha passado, deixando bastante sequelas em muitos militantes de esquerda ou militantes pela democracia na década de 70, na década anterior, evidentemente, fenômeno que foi até a década de 80.

Seu Mimo, assim como outros grandes lutadores do povo, não é lembrado pela mídia nem em cerimônias requintadas

ou mesmo nas confrarias da classe dominantes. E nem poderia ser, visto que sempre combateu o tipo de sociedade dividida em classe dominante e classe dominada.

Seu Mimo era comunista e isso explica a sua ausência nas altas rodas da sociedade do seu tempo, e do nosso tempo ainda. Mas seu Mimo era um grande homem, desses imprescindíveis para a sociedade onde vive.

Para se ter uma ideia e buscando um pouquinho da história, e também para não esquecermos e fazermos de conta que estamos em outro mundo, em outro tempo e que não corremos mais alguns perigos, vejam que já na década de 30 do século passado, portanto há 80 anos, o jovem Manoel Alves Ribeiro, seu Mimo, era militante e lutava nas ruas de Florianópolis, evidentemente que somando esforços junto com as forças populares da Aliança Nacional Libertadora -, contra o nazifascismo que se expandia pelo mundo. Porque absorvemos na escola, e inclusive na história oficial contada por todos, a ideia de que o nazifascismo foi um fenômeno circunscrito à Europa, e isso também está errado. Aqui no nosso país, no nosso estado de Santa Catarina e no sul do Brasil - e é evidente que com mais força do que em outras regiões do país - a ideologia nazifascista fez os seus estragos e tinha, inclusive, legiões de seguidores. Aliás, o próprio partido nazista alemão tinha células em Santa Catarina e em outros estados do sul do Brasil e do sudeste.

Mas a Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado pretendia ser um nazifascismo caboclo brasileiro, com a mesma ideologia embutida, mas adequada para a realidade brasileira. Fizeram-se um partido político e pretenderam se fazer Forças Armadas, pretenderam se fazer Exército. Os militantes - se é que dá para usar esse termo - da Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado andavam, inclusive, uniformizados, usando camisa verde. Houve anos, no começo da década de 30, e até 35, que desfilavam uniformizados nas ruas das cidades, e inclusive na nossa capital açoriana, Florianópolis.

Manoel Alves Ribeiro, militante comunista, era um dos que combatia, inclusive, entrava em confronto físico com essas forças reacionárias. Assim como um conjunto enorme de outros militantes do Partido Comunista naquele período e da Aliança Nacional Libertadora, participou da coleta de assinaturas para que o Brasil declarasse sua inimizade a Adolf Hitler. O Brasil de Getúlio Vargas, inicialmente simpático ao nazifacismo.

Os comunistas brasileiros e o seu Mimo participaram do processo de enfrentamento desse trabalho, da coleta de assinaturas, para que o Brasil se colocasse a favor dos aliados e contra o nazifacismo, inclusive de abaixo-assinados, para que os brasileiros fossem lutar na Europa para combater o nazismo.

Vale registrar que na força expedicionária brasileira muitos deles eram inclusive jovens militantes de esquerda, que foram com a ideia de ajudar a humanidade a se livrar do nazismo.

Manoel Alves Ribeiro foi vereador na cidade de Florianópolis, no final da década de 50, e teve evidentemente a sua história na Câmara Municipal. Em seguida, em 1964, com o Golpe de 64 e 20 anos de ditadura, como todos os outros militantes de esquerda, foi perseguido e preso, estando vários anos na clandestinidade.

Seu Mimo escreveu o livro biográfico chamado Caminho. Nesse livro ele conta resumidamente um pouco da sua história, da sua vida, mas não é uma história da vida dele, é uma história do povo pobre do seu tempo. O livro Caminho é bom que seja lido por todas as pessoas que tenham alguma curiosidade de saber a versão da história do passado que não é contada por aí, especialmente pelos jovens ou adultos que queiram trilhar o caminho da construção da sociedade nova. O livro Caminho conta a história de 70 anos de luta do povo brasileiro. Precisa ser lida pela minha geração, que tem no seu Mimo uma referência de abnegação, de disciplina, coerência e coragem, também pelas gerações dos atuais jovens e pelas gerações futuras.

Então, faço aqui essa homenagem a esse grande companheiro não apenas como um saudosismo, mas também como uma forma de homenagear e dizer que, sim, a luta e a coerência pela transformação socialista da sociedade precisa ser feita, deve ser feita e continuará sendo feita, também seguindo a abnegação, o exemplo, a disciplina, a coerência de Manoel Alves Ribeiro, conhecido como o seu Mimo, um grande catarinense que seria muito importante que fosse mais conhecido pela história oficial.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até DEZ minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, quero ressaltar hoje o dia internacional do rim. Como médico que sou faço esse registro, tendo em vista que o Brasil é um dos países que mais faz transplante de rim no mundo e que Santa Catarina é capital em transplantes.

Então, a minha saudação a todos os pacientes renais crônicos e a todos os centros de atendimento a esses pacientes e também aos profissionais que trabalham nessa área. A minha homenagem especial ao Centro Vida, de Rio do Sul, que completa dez anos atendendo a esses pacientes com hemodiálise, que tem na coordenação o dr. Ercides Pfeiffer, clínico e nefrologista, grande profissional daquela área.

Também quero aqui neste momento fazer um registro e parabenizar, desejando felicidades, que seja acompanhado por Deus, o argentino Jorge Mário Bergoglio, o papa Francisco, o primeiro latino-americano que assume essa missão pelo resto da sua vida. A missão de representar a igreja católica e de representar, quem sabe, um novo caminho nessa igreja. Sou um católico e quero aqui registrar que a igreja precisa quebrar paradigmas e precisa enfrentar determinadas questões que em séculos passados não faziam parte da pauta do dia a dia da sociedade brasileira, latino-americana e mundial.

Vemos que a igreja católica tem perdido uma série de fiéis em decorrência de temas não enfrentados, a exemplo do celibato. A igreja tem que abrir para ver se é isso que a sociedade que a tem seguido considera como algo que se consubstancie como uma realidade, porque quando a igreja foi criada a leitura bíblica e da sociedade era uma. E com a evolução do mundo, as questões tecnológicas, muitos temas passaram a ser debatidos.

A igreja vai ter que efetivamente fazer o debate da homoafetividade, um tema do dia a dia, em que a sociedade, através de legislação, inclusive, permite a união de pessoas do mesmo sexo. Esse tema tem que ser claro pela igreja, quebrando um paradigma. Acho que a igreja deve debater o fato também de as mulheres não poderem ser ordenadas, para também levar a religião. As mulheres não tinham direito a voto, passaram a ter direito a voto. O nosso partido definiu que regimentalmente 50% das mulheres têm que fazer parte das executivas.

Quem sabe, no século passado, não precisássemos fazer esse debate. Mas se a igreja quiser evoluir, dom Francisco é um Papa de perfil conservador e durante a ditadura militar da Argentina teve posições claras do ponto de vista político, mas tenho que reconhecer que do ponto de vista de estar do lado dos mais pobres ele sempre teve essa postura.

Porém estar do lado dos mais pobres não significa que ao estar do lado de um governo conservador não empobreça esse povo que a gente esteja ao lado.

Esse debate a igreja vai ter que enfrentar, e espero que o Papa Francisco comece a fazer esse debate, porque a igreja vai ter que começar a debater a questão da pedofilia dentro da igreja, eis que quase que diariamente estamos vendo denúncias esse problema que tem si a esse respeito. E não tem sido debatido pela igreja.

Temos a lei da transparência, então, temos que ter transparência nisso também, para que nós fiéis, cada vez mais, possamos acreditar na Igreja Católica.

Então, estou fazendo este pronunciamento, primeiramente, para desejar ao primeiro Papa latino-americano muita saúde, segundo, sapiência divina para que conduza a igreja no melhor rumo possível, porque se a gente for se aprofundar na renúncia do Papa que sai, incrustada nisso está a questão da corrupção que também tem dentro do Vaticano, principalmente dentro do banco de Roma, que está claro na mídia internacional.

Por isso, deputado Valmir Comin, que é de origem italiana, de região de Belluno, assim como eu que também tenho, foram quase dois milhões de italianos que vieram para o Brasil.

A Igreja Católica, cujo pontificado está em Roma, tem que começar a discutir novos rumos, quebrando paradigmas, adequando-se ao novo debate que existe e principalmente dando aos seus fiéis, cada

vez mais, a convicção de que o caminho que se constrói, o caminho da divindade, o caminho da consistência, da solidariedade e da perspectiva de um mundo melhor, também passa pela nossa Igreja Católica, que terá agora à frente o primeiro Papa latino-americano.

Lógico que estávamos torcendo por um brasileiro, mas não há problema. É argentino, a nossa rivalidade é apenas no futebol, não na igreja.

Por isso, desejo mais uma vez ao Papa Francisco muita fé, muita garra, muita perseverança, muita disciplina e muita limpeza também na corrupção que tem no Vaticano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, venho à tribuna para falar de alguns assuntos, para começar, fazendo os mesmos votos que o deputado com relação à escolha do Papa. Que possa ser feito aquilo que precisa ser feito.

Ontem, uma comitiva de deputados e também de integrantes ligados à Associação de Bombeiros Voluntários, vereadores de Joinville, o prefeito, o senador e outras pessoas foram conversar com o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, com relação a uma Adin que a Federação dos Bombeiros Voluntários entrou contra uma PEC que aprovamos nesta Casa, que dá legitimidade à prefeitura para fazer convênios com as corporações voluntárias para fazer as vistorias.

Foi muito interessante, deputado Neodi Saretta, porque o ministro Luiz Fux pôde entender o trabalho do voluntariado. A princípio, quando começou a conversar ele lembrou a tragédia de Santa Maria, que acho ter sido o marco regulatório, se pudéssemos falar assim, com relação a essas fiscalizações.

Os dados foram apresentados pelo Moacir Thomazi, presidente do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, em relação à corporação de Joinville, entidade com 120 anos de fundação, do custo, do valor/benefício das corporações voluntárias e militares sobre a cobertura que é feita em Santa Catarina, e o ministro Luiz Fux entendeu a grandeza desse trabalho.

Então, ficamos muito contentes, deputado Reno Caramori, com a receptividade do ministro Luiz Fux que compreendeu a questão do custo/benefício e a importância que tem o voluntariado.

O ministro citou duas coisas que achei muito interessante: primeiro, citou a Constituição Federal no que se refere ao estado possibilitando às pessoas, às organizações não governamentais, às organizações sociais a fazerem esse tipo de trabalho, quando da colocação do deputado Marco Tebaldi que existe na Câmara Federal um projeto para aumentar a colaboração voluntariada.

Já que não tem mais condições de criar novas estruturas militares, tem que partir para o voluntariado, como é feito em vários países.

E quando falei do pano de fundo que, na verdade, em minha opinião é a cobrança de taxas, ele disse: "Ah, entendi, tem um pano de fundo aí!". Essa é a verdade.

Mas achei muito interessante essa ida da comitiva de Santa Catarina conversar com o ministro Luiz Fux em relação a essa problemática que estamos enfrentando em Santa Catarina, e tenho certeza de que esta Casa não há de faltar esforço, o empenho de todos os deputados que defendem o trabalho voluntariado das corporações do Corpo de Bombeiros.

Tenho outro assunto que gostaria de trazer aqui e já queria ter falado na semana passada, mas não houve condições, inclusive escrevi um artigo que foi publicado no jornal *Notícias do Dia* em relação a esse tema, deputado Romildo Titon, que me deixa preocupado.

Lá em Joinville, em 2004, quando vereador em Joinville e candidato a prefeito, vi muito bem a nossa realidade, o cinturão de pobreza que temos em lá. Assim, fui buscar no Rio de Janeiro, deputada Dirce Heiderscheidt, o projeto do então governador Anthony Garotinho, que era o dos restaurantes populares, com refeição a partir de R$ 1,00. Almocei lá, vi como é que faz e fiz daquilo uma proposta de governo em 2004.

Quando coloquei na televisão a proposta que iríamos fazer, como no Rio de Janeiro, restaurantes populares a R$ 1,00, fui duramente criticado, zombado. E virou chacota pelos outros adversários, na época, deputado Marco Tebaldi e deputado Carlito Merss, que diziam: "Onde já se viu ter condição de fazer uma comida a R$ 1,00!"

Como é a vida dia após dia, os dois que me chacotearam em relação à minha proposta, um, o Marco Tebaldi, foi reeleito e teve que inaugurar o primeiro restaurante popular em Joinville, com o preço a R$ 1,00, e o outro, Carlito Merss, quando foi prefeito teve que ampliar os restaurantes populares e construir uma nova unidade no bairro Adhemar Garcia.

Fiquei muito feliz, porque fui precursor de uma ideia principalmente dessa questão da alimentação e a garantia de um preço acessível.

Bom, o que me trouxe estranheza foi que depois da última ida do prefeito atual de Joinville, sr. Udo Döhler, à Acij - Associação Comercial e Industrial de Joinville - saiu a notícia de que estavam reunidos para rever o valor do prato de comida do restaurante popular. Eu imagino que tenha sido uma reunião muito engraçada. Os ricos discutindo se R$ 1,00 é muito caro ou não para um prato de comida. Não dá para entender. Reúnem-se com o prefeito, e ele diz que está muito barato, que precisam aumentar, porque está dando prejuízo.

Palavras escritas no jornal: "Fizemos uma pesquisa, 40% das pessoas que almoçam no restaurante popular chegam de carro e 25% moram na região", palavras do prefeito Udo Döhler. "Como uma pessoa vem do Juquiá, um loteamento muito carente, que gasta R$ 6,00 na passagem, vai pagar R$ 1,00 na comida? Está muito caro!" E qual a decisão que tomaram? Subir o preço da comida.

Não dá para entender. Sinceramente, esforço-me para entender como a Associação Comercial e Industrial de Joinville, os empresários ricos da cidade, dizem que R$ 1,00 não dá, e querem subir para R$ 3,00. Mas como a pressão foi forte, o preço ficou em R$ 2,00.

Isso traz uma preocupação muito grande, porque vejo que no início deste governo começam a acontecer perdas grandes na área social. Por que não fazem, por exemplo, como em São Carlos, onde foi feita uma pesquisa? O que ocorreu em São Carlos? Determinaram que as pessoas inscritas em programas sociais da prefeitura pagam R$ 1,00, e as que não são inscritas pagam R$ 2,00. Agora não se pode, por conta de alguém que está nos seu direito de comer ali, prejudicar quem não tem condição. Então, por conta de quem tem carro, aquelas pessoas que não tem o que comer pagarão mais?

Quero deixar isso registrado nos anais desta Casa exatamente por essa inversão que o governo municipal de Joinville está fazendo nesse projeto que o Brasil já tem, pois o próprio governo federal implantou os restaurantes populares. Um erro grave, antissocial, de visão política e social míope, que a prefeitura de Joinvile tomou aumentando o preço da comida no restaurante popular.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sra. deputada Dirce Heiderscheidt e srs. deputados, gostaria de fazer o registro da presença neste plenário, acompanhando também parte desta sessão, do prefeito eleito de Campo Erê, Rudimar Borcioni, parabenizando-o pela bonita vitória que obteve e desejando êxito na sua gestão.

Quero também registrar que, junto com o prefeito eleito, está o prefeito em exercício, o prefeito Adir, vereador e presidente da Câmara Municipal, que está exercendo interinamente até a posse definitiva do prefeito Rudimar.

Portanto, fizemos esse registro e agradecemos a presença, desejando êxito na gestão, nas reuniões que estão havendo aqui e ao prefeito Rudimar. Principalmente a partir da sua posse, desejamos êxito na gestão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Na ausência de representante do PTB que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, é com muita honra que faço uso da palavra, nesta manhã, para tornar pública a história de alguns municípios de Santa Catarina. Por isso, apresentamos requerimento a esta Casa, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"O deputado que subscreve, no amparo do Regimento Interno, requer sessão solene no município de Biguaçu, no dia 16/05/2013, às 19h, no Centro Cultural Casarão Mor, a fim de homenagear os 180 anos de emancipação político-administrativa daquele município."

Portanto, senhores deputados e senhoras deputadas, aproveitamos o espaço desta Casa para fazer uma referência especial ao município de Biguaçu que completa 180 anos de emancipação político-administrativa neste mês de maio. E em comemoração e homenagem, apresentamos ao público o trabalho desenvolvido nesta Assembleia, a pedido da Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu, da Câmara de Dirigentes Lojistas e da prefeitura municipal.

O resgate histórico, publicado na forma de livro - "De São Miguel da Terra Firme a Biguaçu - o Legislativo Catarinense contando a história da Cidade" - 1835 a 2013, uma compilação legítima de informações inéditas que tiveram impacto direto para a construção histórica de Biguaçu, um dos municípios mais antigos de Santa Catarina.

São mais de 350 páginas de história, reunindo ofícios, pareceres, atas, decretos, entre outros, agrupados por assuntos referentes à criação do município de São Miguel da Terra Firme, hoje Biguaçu. O município começou a surgir quando, em 1748, imigrantes portugueses vindos do Arquipélago dos Açores e da Ilha da Madeira foram assentados no lugarejo denominado São Miguel da Terra Firme.

Em 23 de janeiro de 1751, foi inaugurada a igreja de São Miguel Arcanjo. A provisão que nomeia o primeiro vigário, padre Domingos Pereira Machado, para a freguesia de São Miguel é de 8 de fevereiro de 1752. Embora de caráter temporário, a freguesia de São Miguel foi a capital da capitania de Santa Catarina, no período de 10 de outubro de 1777 a 2 de agosto de 1778, quando os espanhóis ainda ocupavam a ilha de Santa Catarina.

Por ato do Conselho Administrativo da Província, em primeiro de março de 1833, a freguesia de São Miguel foi elevada à vila, e foi criado o município de Desterro (atual Florianópolis). A instalação do município de são Miguel ocorreu em 17 de maio de 1833.

Face à decadência econômica, aos frequentes surtos de malária, ao desmembramento de novas freguesias, São Miguel foi aos poucos perdendo o seu prestígio.

No início da segunda metade do século XIX, surgia, à margem direita do rio Biguaçu, um povoado que aos poucos crescia devido às terras férteis, ao trabalho dos colonos, à construção de uma igreja e um cemitério em 1874, que resultou na criação de uma freguesia, em 19 de dezembro de 1882, sob a invocação de São João Evangelista.

Lideranças políticas do município conseguem, em 1886, transferir a sede do município para Biguaçu, que fica elevado à categoria de vila. Em 1888, por decisão do governo da província, a sede municipal volta para São Miguel, vindo a acontecer quase no final de 1889 devido à relutância dos vereadores.

Já no período republicano, João Nicolau Bom consegue, junto ao governador do estado, a mudança definitiva da sede municipal de São Miguel para Biguaçu, em 22 de abril de 1894.

Até a década de 1970 dependia principalmente da agricultura, pecuária e pesca. Hoje, graças à pujança de sua gente, a indústria responde pela maior parte dos empregos gerados, junto com um comércio em expansão.

Seus principais produtos industrializados derivam da indústria de plástico e alimentícia. Dispõe de boas áreas para instalação de plantas industriais e conta com acesso ao gás natural e a facilidade de escoamento de sua produção pela BR-101.

A agricultura também é representativa, expandindo-se principalmente no cultivo de plantas ornamentais para jardinagem, com destaque para a produção de gramas e palmeiras, além da produção de verduras para o comércio regional.

A pesca continua sendo praticada artesanalmente, embora o município tenha um potencial hidráulico considerável que caracteriza a cidade como local preferencial para investimentos na cadeia produtiva do segmento náutico em geral, com empresas atuando direta e indiretamente no setor de prestação de serviços, como garagens para barcos, marinas, estaleiros, manutenção tecnológica, elétrica, hidráulica, moveleira, despachantes e movimentação do setor de turismo hoteleiro e gastronômico durante a realização de eventos que visam à comercialização e prestação de serviços que envolvem atividades náuticas.

Seus principais pontos turísticos estão no balneário de São Miguel, no centro e no interior do município. Em São Miguel, o destaque é para os casarios açorianos, o Museu Etnográfico e a igreja São Miguel Arcanjo, além da bela via gastronômica especializada em frutos do mar. No centro da cidade o majestoso Casarão Born, construído em 1891 e que pertencia ao primeiro prefeito João Nicolau Born, chama a atenção pela beleza e conservação.

No interior do município, existem várias cachoeiras de águas cristalinas, próprias para o banho, como na localidade de Amâncio.

A atração são as belas quedas d'água, algumas com mais de 30 metros, que formam verdadeiras piscinas naturais.

A aldeia indígena Balneário de São Miguel também não pode deixar de ser visitada, pois retrata um pouco da cultura guarani de Santa Catarina. As festas religiosas locais, além da tradicional Bigfest, Praça Cidadã e a Exponáutica são outros atrativos aos turistas que visitam o município.

"De São Miguel da Terra Firme a Biguaçu - o Legislativo Catarinense Contando a História da Cidade" é mais uma rica e democrática fonte de pesquisa, elaborado pelos funcionários do Centro de Memória e Coordenadoria de Documentação, parte do nosso Arquivo Permanente, que tem o compromisso de preservar, conservar e restaurar a história catarinense, garantindo que fatos importantes não se percam e caiam no esquecimento. São documentos que serviram de fontes para reconstrução da história legislativa do município de Biguaçu, são fac-similes dos originais, que tramitaram nesta Casa no período compreendido entre os anos de 1835 até os nossos dias.

Uma homenagem a todos que contribuíram para o desenvolvimento do município de Biguaçu ao longo dos anos. Tanto àqueles pioneiros desbravadores que têm seus nomes perpetuados pela história, quanto aos que se dedicaram de forma anônima, mais não menos importante.

Um presente para todos os habitantes do município de Biguaçu que ainda se dedicam, em cada pequeno detalhe do cotidiano, a continuar contando a história de forma honrada e progressista.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

Antes, porém, quero cumprimentar o prefeito de Lacerdópolis, meu amigo Hilário Chiamolera, prefeito pela terceira vez dessa querida cidade, que nos dá a honra de estar neste momento na Casa do Povo.

Seja bem-vindo.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo neste espaço do nosso partido relatar algumas ações que fizemos em Brasília, na terça-feira e quarta-feira. Mas inicio, deputado Edison Andrino, líder do governo, referindo-me inicialmente ao gesto do governador João Raimundo Colombo, deputado Neodi Saretta, através da secretaria da Fazenda, do secretário Antônio Cavazzoni, que é um secretário competente, corajoso e arrojado, o gesto em abrir o diálogo com entidades empresariais, em participar da reunião da Frente Parlamentar do Varejo, nesta Casa, com mais de 700 empresários, há poucos dias, e, finalmente ontem o gesto do governo ter revogado o Decreto n. 1.357, deputado Neodi Saretta, por 90 dias.

Esse decreto cobrava o ICMs adicional das microempresas quando as mesmas compravam ou compram produtos de outros estados. E isso significa um imposto adicional, um aumento significativo na carga tributária das microempresas de Santa Catarina. Claro, o governo também tem suas razões que tem que ser consideradas, deputado Gilmar Knaesel, porque há uma preocupação do governo e nossa também da preservação da indústria catarinense. Mas com muito diálogo, com muita conversa, com racionalidade, com muita ponderação, o governo suspendeu o decreto, e as negociações do governo com as entidades, com o governo catarinense, com o Parlamento catarinense continuam.

Deputado Romildo Titon, um dos motivos também que o governo suspendeu o decreto diz respeito ao debate acalorado que toma conta do Congresso Nacional, nas comissões, que é a Resolução n. 1. Esta resolução vai à esteira do que foi definido com relação às importações do Brasil, ou seja, equaliza o ICMS entre estados, sr. presidente, deputado Romildo Titon.

Ora, Santa Catarina é um estado produtor, que vende muito para outros estados, e nós hoje vendemos os nossos produtos com índice do ICMS de 7% a 12%, dependendo do produto. E com a aprovação, infelizmente que deverá acontecer, pelo Congresso Nacional do ICMS com índice de 4%, definitivamente Santa Catarina vai viver o caos. Nós vamos quebrar, porque vamos perder por ano R$ 2 bilhões do nosso orçamento. No orçamento de R$ 15 bilhões ou R$ 16 bilhões, vamos perder R$ 2 bilhões.

O governo federal se propõe a criar um fundo para compensar os estados produtores, mas essa novela já conhecemos, deputado Gilmar Knaesel. Da Lei Kandir, dos créditos do ICMs para exportação, eles não chegam, eles nunca vêm, e as empresas têm milhões ou bilhões de créditos de ICMS para receber e não recebem do estado, porque a união não repassa.

Deputado Romildo Titon, não sei o que vai ser do próximo governo após o término do mandato do governador Raimundo Colombo.

Vai ser muito difícil, deputado Edison Andrino, porque a União está-se fortalecendo, já se fala em 70% da arrecadação concentrada em Brasília e os estados e os municípios vão continuar subservientes, com o pires na mão, tendo que se submeter às diretrizes, aos desejos do governo central. Isso é um absurdo, é uma tragédia!

Então, fazemos um apelo às entidades empresariais que precisam se mobilizar, que precisam ajudar as Assembleias Legislativas, a classe política a se movimentar, para tentar sensibilizar o governo federal que está acabando com os municípios e com os estados da Federação, sobretudo os estados produtores, como é o caso de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Edison Andrino - Deputado Darci de Matos, cumprimento v.exa. pelo oportuno pronunciamento.

Eu me lembro bem, pois era prefeito desta cidade, Florianópolis, em 1988. Foi uma luta grande pela reforma tributária que foi feita de 1988 para 1989, onde houve uma melhoria no sentido da arrecadação dos municípios. Só que de 1989 para cá o que o governo transferiu de responsabilidade que era do governo federal para os municípios e para os estados, principalmente para os municípios, na área de saúde, da educação, da questão ambiental, foi muito grande, mas não transferiu recursos. Isso não ocorreu no ex-governo do Lula, no governo da presidente Dilma Rousseff, mas sim no ex-governo de Fernando Henrique Cardoso. Sempre foi assim!

Só há uma saída para isso: um movimento dos governadores, das Assembleias Legislativas, para realmente mudarmos, através de um reforma tributária, essa situação! E um dos motivos que deixei de disputar a eleição de deputado federal, deputado Gilmar Knaesel, é que eu não aguentava mais ser despachante de prefeito.

O deputado federal não legisla, ele aprova as medidas provisórias do governo. Na realidade, ele é despachante das prefeituras! Quantas vezes, deputado, o prefeito tem que ir a Brasília por ano para liberar uma ambulância, o dinheiro para um posto de saúde, uma verbinha das emendas parlamentares para fazer uma ponte! Isso é uma vergonha!

Então, precisamos fazer uma verdadeira reforma tributária neste país. Mas isso somente vai acontecer não por decisão do Congresso nem do governo federal, mas através das Assembleias Legislativas, juntamente com os prefeitos e os governadores.

Para encerrar, saibam o que acontece, deputado Darci de Matos: o prefeito depende do deputado para trazer um dinheirinho, porque senão não traz de Brasília. Aí o deputado, para liberar, tem que votar com o governo, mas o governo não faz reforma tributária nunca! Então, entendo que deve ser um movimento que tem que começar nesta Casa, no Rio Grande do Sul, no Paraná, nas Assembleias Legislativas.

Muito obrigado, deputado Darci de Matos, pelo aparte.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Edison Andrino.

O governador João Raimundo Colombo reuniu, parece-me, em torno de 17 governadores na Casa de Santa Catarina, em Brasília, exatamente para tratar desse assunto que é extremamente preocupante para os estados e municípios.

Mas v.exa., deputado Edison Andrino, tem razão: a reforma tributária que todos querem, que todos desejam e defendem nunca acontece. Aliás, agora está acontecendo de forma gradativa ou fatiada, exatamente em cima do único imposto dos estados que é o ICMS, que é no caso a Resolução 01, que vai tirar R$ 2 bilhões por ano de Santa Catarina, a exemplo da Resolução n. 13, que retirou R$ 600 milhões dos cofres do estado.

Deputado Milton Scheffer, certamente v.exa. vai falar da área da saúde, da audiência que participou com o secretário do ministério da Saúde, mas vivemos um caos praticamente em todas as áreas por consequência da concentração das arrecadações da nossa renda no governo central.

Sr. presidente, desejo falar rapidamente sobre a excepcional reunião que tivemos ontem em Brasília com o ministro Luiz Fux, com a presença dos deputados Reno Caramori e Kennedy Nunes, para tratar da questão dos bombeiros voluntários. Expusemos a ele o funcionamento e a importância da corporação, que atua há mais de 120 anos no nosso estado.

O deputado Reno Caramori fez colocações importantes também ao ministro e relatamos que a PEC é fruto de um acordo em Santa Catarina. Entendemos que ela tem fundamento legal e que hoje bombeiros voluntários e bombeiros militares atuam de forma harmônica salvando vidas no nosso estado.

Portanto, considero que a audiência com o ministro foi muito produtiva e tenho certeza de que manteremos a PEC, aprovada por esta Casa que é fruto de um acordo entre os parlamentares e as corporações.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Realmente acho que a reunião foi muito produtiva. Mas só gostaria de dizer que a imprensa de Joinville está muito corporativista, porque só citou os deputados de Joinville e representantes de outras regiões.

Então, quero dizer que os representantes de outras regiões era eu, deputado Reno Caramori, que luto há 20 anos pela causa dos bombeiros voluntários, e a representante do deputado Neodi Saretta. Nós não somos os outros representantes! Acho que esse jornalista se equivocou ou está mal informado, porque participamos de todo trecho, andamos juntos, caminhamos na chuva e ele estava junto. Então, o jornal *A Notícia* tem que falar a verdade, sem corporativismo!

Srs. deputados, faço essa observação em defesa dos bombeiros de Caçador, pois estava presente o Alfieri; o comandante Caetano; o Colla, do setor jurídico e o Somariva, de Concórdia, mas a imprensa de Joinville omitiu, e parece-me que o paroquial prevaleceu! Isso não é bom para o Parlamento de Santa Catarina e nem para os bombeiros voluntários. Então, faço essa observação, porque esse moço que escreveu a matéria talvez não tenha entendido direito, mas ele estava presente! Da fotografia nós fomos cortados, e só apareceu o *staff* de Joinville e quem leu a notícia acha que só eles foram. Aliás, o governador e o prefeito chegaram atrasados, no fim da audiência, mas apareceram na fotografia. Quer dizer, o que vale é aparecer na fotografia!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Nobre deputado, quero apenas reforçar a

importância dessa audiência em Brasília, da qual v.exa. participou juntamente, com o deputado Reno Caramori e este deputado, representado pela nossa chefe de gabinete, visando levar subsídios sobre o assunto aos ministros para quando forem analisar o assunto, possam estar efetivamente esclarecidos.

Quero, mais uma vez ressaltar a importância dos bombeiros voluntários que junto com os bombeiros militares e comunitários têm um papel tão importante no nosso estado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, desejo também rapidamente falar da audiência que tivemos com o prefeito Udo Döhller e o senador Luiz Henrique da Silveira na Infraero, tratando da busca da estação meteorológica que completa o funcionamento do equipamento ILS no aeroporto de Joinville. Lá constatamos que o ILS já está obsoleto. Agora as empresas aéreas estão se credenciando com um novo sistema de navegação por satélite que vai facilitar o pouso nos aeroportos. Já está funcionando no aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, e a partir de abril no aeroporto de Joinville.

Portanto, entendo que foi um avanço significativo, pois a partir de abril vamos poder melhorar as condições de vôos da nossa cidade, da nossa região, através de uma tecnologia extremamente nova, revolucionária. E o ILS continua para vôos menores e para aviação particular.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PMDB.

Com a palavra a sra. Deputada Dirce Heiderscheidt, por até quatorze minutos.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT - (Passa a ler.) - "Sr. presidente, srs. deputados, ocupo a tribuna desta Casa no dia de hoje para falar sobre alguns fatos desagradáveis que estão ocorrendo em minha cidade, Palhoça, em que meu nome vem sendo envolvido de forma injusta e caluniosa.

O sr. Artur Nirdo da Luz, mais conhecido como Pitanta - que ocupa interinamente o cargo de prefeito de nosso município de Palhoça e que está passando por uma situação constrangedora - em razão do famigerado evento do Dia Internacional da Mulher, tem vindo a público dar explicações sobre o referido assunto, mas, de forma leviana, tem envolvido o nome desta parlamentar equivocadamente.

É lamentável que em vez de falar sobre novos projetos e procurar soluções para os vários desafios que precisam ser enfrentados no município, o sr. Pitanta tente confundir a opinião pública com explicações estapafúrdias.

Em primeiro lugar, quero esclarecer que como secretária de Assistência Social e primeira-dama do município de Palhoça sempre realizei eventos de cunho educativo, cultural e assistencial. A minha preocupação sempre foi melhorar a qualidade de vida das pessoas que lá vivem, executando projetos, ações e eventos que tenham como foco a mulher, o idoso, a criança e os adolescentes.

Venho de uma família humilde, mas acima de tudo correta e íntegra, que sempre colocou em primeiro lugar o respeito às pessoas e a valorização do trabalho.

Durante a gestão de meu marido, Ronério, à frente da prefeitura de Palhoça, criamos a secretaria de Assistência Social do município, que antes era somente uma diretoria. Também construímos o Centro de Convivência da Terceira Idade e implantamos o programa Emprego e Renda. Realizamos diversos eventos de muito sucesso, como o Natal Reluz, a Páscoa Solidária e a Caminhada dos Idosos. Incentivamos e trabalhamos para a criação da FMP - Faculdade Municipal de Palhoça - e a criação da Faculdade da Maturidade, hoje, uma realidade reconhecida internacionalmente.

Pessoalmente, participei de muitas ações voltadas às crianças e aos adolescentes, seja sobre o combate ao trabalho infantil, sobre o tema da adoção, ou em tantas outras situações envolvendo vulnerabilidade social.

Implantamos a Apav - Associação Palhocense de Voluntariado, entidade que realiza atividades importantes em prol da municipalidade.

Como primeira-dama e agora como deputada lutei para a instalação da delegacia da mulher, que hoje é uma realidade e vem prestando atendimento de apoio e orientação às mulheres de Palhoça, com uma equipe muito qualificada.

Conheço minha cidade, conheço minha gente. E o mais importante é que o povo de Palhoça também me conhece, sabe o que fiz e o que faço. Sabem o que sou e o que quero para nossa cidade.

Senhor presidente, senhores e senhoras deputadas, não quero nem preciso ser exaltada. Digo apenas como mulher, como esposa, como mãe e como pessoa pública que sou que - exercendo mandato parlamentar - quero ser respeitada, ter minha dignidade preservada de leviandades cometidas por terceiros. Quero apenas que parem de tentar me envolver em situações ridículas e que não me dizem respeito, porque faço tudo com desprendimento e com o coração, sempre assumindo minhas responsabilidades.

Portanto, espero que as pessoas que tentam manchar a minha integridade assumam seus erros, suas falhas e deslizes, sem envolver ninguém, muito menos esta deputada, que, como os caros colegas sabem, preza pela moral e os bons costumes.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, antes de iniciar a minha fala gostaria de registrar a presença nesta sessão do dr. Anacleto Canan, representando a OAB. Ele está aqui acompanhando a sessão e também tratando de assuntos importantes ligados às nossas comarcas e à sua instituição.

Seja bem-vindo, dr. Anaclato Canan! V.Exa. tem uma larga folha de serviços prestados para a comunidade, principalmente na Presidência da OAB e como conselheiro também.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente e srs. deputados, esta semana o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, abriu as atividades do Programa Saúde na Escola, uma iniciativa que conta com a parceria do Ministério da Educação, que atendeu, somente no ano passado, sete milhões de estudantes de 1.433 municípios, em 16,7 mil escolas, quando foram mobilizadas 7.441 equipes de Atenção Básica à Saúde.

O ministro Alexandre Padilha afirmou que este ano a Semana de Mobilização Saúde na Escola vai chegar a 30 mil centros de ensino, com o apoio de 13 mil equipes do Programa Saúde da Família, que vão trabalhar em 2.300 municípios, beneficiando 14 milhões de estudantes.

A partir deste ano, com a participação do Programa Brasil Carinhoso, estudantes de creches e pré-escolas também vão passar pela triagem da saúde. Após as avaliações feitas durante as semanas, os profissionais de saúde fazem acompanhamento das crianças durante todo o ano letivo.

No ano passado foram gastos nessa assistência R$ 4,1 milhões, e este ano o investimento do Ministério da Saúde deve subir para R$ 10 milhões, já que vai abranger mais estudantes e mais escolas. Os estudantes recebem instruções sobre como escovar os dentes de forma correta, fazem exame de acuidade visual - aquele que precisar usar óculos vai receber do governo - e checam outros problemas como obesidade ou pressão alta.

O ministro Alexandre Padilha afirmou durante a cerimônia que 'a saúde não deve acontecer só dentro do hospital, mas tem que ser levada para onde as pessoas estão - no caso das crianças, para dentro da escola'. Para o ministro uma criança bem educada na questão da saúde 'pode alertar ao pai que não deve fazer uso do tabaco, sobre o que é alimentação saudável e saberá da importância de praticar educação física. Os problemas de saúde afetam o desempenho escolar do estudante, por isso ele tem que ser assistido', destacou o ministro Alexandre Padilha."

Eu faça este registro porque o julgo importante e fundamental. Quando se fala em saúde deve-se pensar a saúde como um todo. E saúde preventiva é importante e fundamental. É essa a ideia principal do Estratégia Saúde da Família, conhecido como Programa Saúde da Família, que se deve focar fundamentalmente na prevenção. É claro que sem esquecer do curativo, pois quem está doente precisa da parte curativa. Mas o preventivo é fundamental,

especialmente no caso desse programa relacionado às escolas, aos nossos alunos, que conta com a parceria do Ministério da Educação e que pode com isso fazer uma grande mobilização, prevenindo já problemas de saúde, detectando precocemente, detectando já se a criança tem problema visual e outros problemas que podem ser checados e já prevenidos de antemão.

Quero destacar isso, elogiar essa ação do ministério da Saúde e mais uma vez também me somar a todos aqueles que chegam a esta tribuna e fora daqui com outras ações que reivindicam que os nossos governos municipais, estaduais e federal possam investir mais recurso na área da saúde.

Eu tenho dito, inclusive, que com a questão dos recursos do Pré-Sal, tão importantes, e a nossa presidente Dilma Rousseff tem lutado para direcionar à educação, e concordamos plenamente, mas que pudesse também haver algum mecanismo de direcionar recursos para a área da saúde, tão importante e fundamental ao nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo horário pertence ao PSDB. Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Estamos próximos de comemorar mais uma data magna, uma data mundial, que é a Páscoa, uma celebração religiosa não apenas da Igreja Católica, mas de diversas religiões que simbolizam, acima de tudo, a ressurreição de Cristo. Ou seja, significa a passagem, e dentro disso vários festejos acontecem nacionalmente, através de movimentos de igrejas. Também algumas cidades fazem, a exemplo do Natal, nessa data comemorativa, eventos que simbolizam a questão religiosa e alguns aspectos culturais.

Na minha cidade de Pomerode, a cidade mais alemã do Brasil, uma das mais bonitas do nosso estado, estamos editando a 5ª Osterfest, criada há cinco anos, exatamente para recuperar antigas tradições que ao longo dos anos foram perdidas. À época, a secretária de Turismo e Cultura, Gladys Sievert, depois vice-prefeita da cidade, foi a idealizadora, iniciou esse movimento comemorativo, através da Osterfest.

A Osterfest é um convite para reviver toda a tradição da Páscoa. E as atrações são diversas. Buscam, através da movimentação das crianças, dos jovens, dos estudantes, atingir também os adultos e idosos, para que voltem ao seu tempo de infância, tempos vividos com os pais e avós, pois muitos deles se perderam.

Até o final do evento todos poderão participar de oficinas artísticas, pinturas em casquinha de ovos, que é uma das tradições. Também teremos apresentações culturais, feira de artesanato, leitura de histórias, cinema, teatro, entre tantas outras atividades. Além disso, o Festival de Páscoa reserva atrações como o Sítio do Coelho, Rota Enxaimel, diferentes tipos de passeios para a comunidade local e também para os turistas. E entre os atrativos também está a Osterbaum, que é a maior árvore de Páscoa da América Latina e a segunda maior árvore de Páscoa do mundo.

O que simboliza essa árvore? A árvore de Páscoa é uma tradição que veio da Alemanha, mantida por descendentes até hoje. A árvore é montada com galhos secos, que simbolizam o momento de sofrimento da morte de Jesus Cristo. Nos galhos são colocadas cascas de ovos, coloridas, que simbolizam a alegria da vida e a ressurreição. A curiosidade da Osterbaum está nas cores dos ovinhos, o ovo vermelho significa o sangue de Cristo, o verde a esperança, o amarelo a luz e o branco a paz.

A maior Osterbaum da América é essa que está sendo mostrada e que foi idealizada na cidade de Pomerode. Tem 14 mil casquinhas de ovos, que foram elaboradas por artistas locais. E também, agora, a cidade, a exemplo dessas, tem inúmeras outras casquinhas na frente das residências, do comércio, em praças. A cidade realmente ficou colorida com o retorno dessa tradição.

O jornal *Diário Catarinense,* anteontem, fez uma reportagem sobre essa festa que se realiza na cidade, com uma matéria muito ilustrativa e propositiva, mostrando todos os aspectos culturais, religiosos e também envolvendo a questão turística.

Dentro disso, tem também a tradição da pintura dos ovos de Páscoa, que algumas cidades ainda mantêm em nosso estado. Essa pintura também é uma tradição herdada de diversas regiões da Alemanha e em Santa Catarina, onde estão nossos descendentes. Elas são expostas em casas e nas escolas, são preparadas por artistas ou pelas próprias mães em suas residências. E começa algumas semanas antes da Páscoa. A pintura é feita com guache e tintas não tóxicas, mas há famílias também que mantêm o preparo tradicional, com uso de recursos naturais, como o capim de bulbo vermelho, cascas de cebola roxa e até espinafre. E no domingo de Páscoa, as crianças procuram pelos ovinhos em cestas e ninhos escondidos em jardins e hortas.

Estou fazendo essa referência aqui no plenário sobre essa tradição resgatada na cidade de Pomerode, porque além do aspecto religioso, que é tão importante, precisamos preservar essa nossa tradição catarinense, porque desde a nossa fundação, desde a nossa origem, a fé e a religiosidade sempre foram muito marcantes em nosso estado, independente de qual religião. E temos também esse lado turístico cultural que se explora dentro desse aspecto de contemplar fé e religião com movimentação turística.

Diante disso, quero parabenizar a cidade de Pomerode, a minha cidade, a atual administração, que deu sequência a esse projeto idealizado pela gestão anterior, que já se transformou num modelo a ser, talvez, copiado por outras cidades.

É importante ressaltar que a imprensa está divulgando isso, e quero, mais uma vez, cumprimentar o jornal *Diário Catarinense.*

(COM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0003/2013, de origem governamental.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0019/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0038/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0141/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0326/2012, de autoria do deputado Sandro Silva.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0327/2012, de autoria do deputado Jailson Lima.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0376/2012, de autoria do PMDB.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0100/2013, 0101/2013 e 0102/2013, da deputada Luciane Carminatti; 0103/2013, do deputado Antônio Aguiar, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunicamos ainda que serão deferidos os Requerimentos n.s: 0155/2013, 0164/2013 e 0165/2013, do deputado Jean Kuhlmann; 0156/2013, da deputada Luciane Carminatti; 0157/2013, do deputado Silvio Dreveck; 0158/2013, do deputado Marcos Vieira; 0159/2013, 0160/2013, 0161/2013, 0162/2013, 0162/2013, 0163/2013, da deputada Ana Paula Lima.

Fim das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Caro deputado Romildo Titon, vice-presidente desta Casa, que ora preside esta sessão, em seu nome quero cumprimentar todos os deputados, as sras. deputadas presentes e o público da TVAL. Quero cumprimentar especialmente os vereadores de Santa Catarina, que hoje realizam o seu congresso anual em Florianópolis, com uma pauta muito pertinente, no início de várias legislaturas nas Câmaras municipais catarinenses.

Quero dar as boas-vindas a todos eles e também à Uvesc, entidade que congrega esse movimento, esse importante encontro e, acima de tudo, pela capacitação dos nossos legisladores municipais.

É sempre interessante o vereador que, sem dúvida nenhuma, entre todos os agentes políticos é aquele que está mais próximo da população, aquele que conhece a rotina, o dia a dia, as necessidades, as dificuldades e as carências do povo deste estado.

Por isso, o nosso reconhecimento e a nossa homenagem a todos os vereadores e vereadoras de Santa Catarina, que participam do congresso da Uvesc, hoje, na nossa capital.

Quero aproveitar este momento para relatar o trabalho da Frente Parlamentar Catarinense em Defesa da Saúde que esta semana, no dia de ontem, a pedido da frente, fez uma audiência em Brasília, marcada pela ministra Ideli Salvatti, no ministério da Saúde, com a Secretaria de Atenção à Saúde, na pessoa do secretário nacional Helvécio Miranda Magalhães.

Nessa audiência, tivemos a presença de cinco deputados estaduais: Jorge Teixeira, vice-presidente desta frente, Darci de Matos, Volnei Morastoni, presidente da comissão de Saúde, e Reno Caramori. Tivemos também a presença do Fórum Parlamentar Catarinense, liderado pelo deputado Décio Lima, do deputado e ex-governador Espiridião Amin, do deputado João Pizzolatti, do deputado Jorge Boeira e da deputada Carmen Zanotto, juntamente com o secretário da Saúde, representando o secretário adjunto Acélio Casagrande, e de Carlos de Souza, superintendente da Federação dos Hospitais e Santas Casas de Santa Catarina.

Foi um debate muito justo para uma causa muito justa dos catarinenses, que é a equiparação do teto de saúde de Santa Catarina com os demais estados da região sul, tendo em vista que os catarinenses recebem menos do ministério da Saúde por ano ou para cada catarinense em relação ao estado do Rio Grande do Sul. O nosso teto está abaixo, e isso vem prejudicando os nossos hospitais e também a saúde dos catarinenses, já há muitos anos.

Esse pleito tem sido debatido, e ontem de maneira enfática, no ministério da Saúde, levamos essa situação, em nome da Frente Parlamentar. Esse debate, essa audiência durou mais de 2 horas. Abrimos novos caminhos para que Santa Catarina recupere esses recursos que são significativos.

Hoje, só na questão do teto estamos perdendo próximo a R$ 100 milhões, que o ministério da Saúde deixa de repassar para hospitais e para a secretaria estadual da Saúde de Santa Catarina, no pagamento de procedimentos.

Há também a questão do atendimento dos medicamentos via judicial, que hoje já somam mais de R$ 80 milhões que o estado paga e também não é reembolsado pelo ministério da Saúde, o que deixa a descoberto o nosso orçamento estadual.

Por isso, a frente, junto com mais de 180 hospitais particulares, filantrópicos e santas casas de Santa Catarina, têm percorrido todas as portas de Brasília e também de todos os estados, para corrigir essa defasagem.

Para melhorar o atendimento aos catarinenses precisamos melhorar a questão do financiamento, colocar mais recursos em saúde, e o que está faltando agora neste momento é o ministério da Saúde fazer a sua parte aqui em Santa Catarina.

Por isso ontem estivemos no ministério da Saúde e queremos agradecer à ministra Ideli Salvatti pelo atendimento, sempre prestativa aos pleitos de Santa Catarina. Ficou acertado nessa audiência que o reajuste do teto neste momento não é possível. Mas os hospitais prestam todos os meses vários serviços que não são reconhecidos e não são pagos pelo SUS. E esse total gira em torno de R$ 5 a 8 milhões por mês. São serviços que os hospitais particulares e também os do governo prestam a mais, porque o contrato atual não prevê.

Por isso, um paciente da assistência cardiológica de Criciúma, de Tubarão, tem que esperar três, quatro meses para ser atendido. Esse mesmo paciente, se for para Porto Alegre ou Curitiba, é atendido em 15 dias, porque o contrato de lá permite o atendimento. O teto deles é mais alto do que o de Santa Catarina para esse tipo de atendimento.

Então, o secretário nacional de Atenção à Saúde, Helvécio Magalhães Junior, assumiu um compromisso com Santa Catarina, ontem, de refazer todos os contratos que possui com os hospitais de Santa Catarina, cobrindo essa defasagem, porque hoje os hospitais catarinenses atendem a um número maior de pessoas e recebem por um número menor. E, se isso se tornar prática, nos próximos 30, 60 dias veremos que esses hospitais terão uma folga mensal de pelo menos R$ 8 milhões, que irá se reverter na melhor qualidade de atendimento de saúde dos catarinenses.

Essa é uma conquista da Frente Parlamentar, de todos os deputados de Santa Catarina - estaduais e federais -, do governo do estado, mas acima de tudo dos catarinenses. Ficou agendada, num prazo de dez dias, a missão do ministério da Saúde, juntamente com um grupo de técnicos da secretaria estadual da Saúde, de fazer uma nova recontratualização de todos os serviços prestados nos diferentes hospitais catarinenses para atendermos a essa defasagem.

Também ficou acertado que as redes de urgência e emergência que hoje somente estão previstas para Florianópolis e Joinville, deputado Jorge Teixeira, que contribuiu muito com a sua experiência de médico na defesa dos interesses de Santa Catarina, serão ampliadas para todo o estado. Santa Catarina também pode com isso buscar mais recursos para atender à população. Obviamente, esse é um trabalho que deve demorar um, dois anos para se efetivar, mas a questão de rever os contratos de prestação de serviços dos hospitais catarinenses pode ser imediata, e já nos próximos meses os hospitais receberão mais recursos.

Já chegamos a ponto de os hospitais deixarem de atender a pacientes porque já tinham passado, e muito, a cota prevista pelo ministério da Saúde. E esses pacientes ou ficam sem atendimento ou tentam recorrer aos hospitais do Paraná ou do Rio Grande do Sul, onde esse teto é mais alto, e os hospitais recebem maiores recursos.

Por isso, foi uma audiência bastante proveitosa. E quero aqui agradecer, em nome do deputado Jorge Teixeira, a todos os deputados que lá estavam. Agradeço também aos deputados federais pelo apoio dado, ao secretário que lá estava presente, à Federação dos Hospitais e das Santas Casas que defende essa bandeira.

Essa luta tem que continuar. Precisamos acompanhar o trabalho do ministério, da secretaria da Saúde, para fazer essa ação virar melhor qualidade no atendimento da saúde do catarinense, principalmente do menos favorecido, porque é para ele que precisamos nos voltar, para aquele que não tem conhecimento nem para exigir o seu direito. Essa é a voz dos deputados de Santa Catarina na defesa da saúde dos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, primeiramente, quero parabenizar a União dos Vereadores de Santa Catarina pela realização de mais um evento.

Sabemos da importância da instituição, principalmente buscando integrar e orientar os novos vereadores. Acredito que

em torno de 600 vereadores estavam participando desse congresso.

Acompanhamos a palestra do presidente da Casa, deputado Joares Ponticelli, falando da questão das mudanças que precisam ocorrer em relação à legislação eleitoral, mudanças que são importantes. Hoje, o Brasil trabalha alguns meses de um ano e no outro ano se prepara para eleição e, como bem disse o presidente, dando explicações ao eleitor e ao cidadão que a lei eleitoral impede isso e aquilo, e o estado acaba ficando emperrado.

Existe também a questão da concentração de arrecadação. Hoje quase 72% dela fica nas mãos do governo federal, o que inviabiliza os estados e municípios que estão próximos do cidadão, que têm a cobrança.

Então, em que pese todo o esforço do governo federal em aplicar esses recursos, as dificuldades são maiores. Isso não é problema da presidente Dilma Rousseff, pois já é histórica, antiga, essa concentração da arrecadação nas mãos do governo federal, a cada ano aumentando ainda mais.

Santa Catarina perde com isso, pois temos muitas dificuldades. E agora, com o projeto do governo federal que vai se tornar lei a unificação do ICMS, Santa Catarina vai perder R$ 2,3 bilhões. E com isso não tem governador, não tem secretário da Fazenda que consiga equilibrar as contas, fazer aplicação dos recursos, manter a máquina administrativa e investimentos para o nosso estado.

Assim, todo esforço do governador Raimundo Colombo e do secretário Antônio Gavazzoni vão por água abaixo. O governo federal tanto reconhece que está cometendo uma injustiça que propõe a criação do fundo de compensação de receita, quer dizer, tira oficialmente e depois encontra formas de repassar os recursos para o estado. Mas essa não é a maneira correta.

Também, na abertura do encontro dos vereadores, tivemos a palestra do amigo Anacleto Urtigara, diretor técnico do Sebrae em Santa Catarina, nosso companheiro, nos finais de semana, do futebol, lá na sua chácara em São Miguel d'Oeste, quando estamos por lá. Ele, como grande líder e palestrante do Sebrae, discorreu sobre o que os empresários, os vereadores, a classe política, o cidadão quer para o seu município, seu estado, para nosso país, nos próximos dez, 20 anos.

Esse é um pensamento, é uma discussão que precisamos ter, não pensando somente no imediatismo, pensando naquilo que queremos para a nossa cidade, para a nossa família e para o nosso município, nos próximos 10 a 20 anos.

Então, todos os projetos, todos os investimentos têm que ser pensados em fazer uma sociedade melhor, mais justa. Então, é muito importante esse congresso.

Não tive a oportunidade de acompanhar as palestras seguintes, do conselheiro Salomão Ribas Júnior, ex-parlamentar e grande conhecedor das questões estruturais do estado de Santa Catarina que, com certeza, também uma palestra muito importante para os srs. vereadores e para toda a sociedade catarinense.

Temos que efetivamente repensar essa questão do que queremos na saúde, na educação, no transporte, enfim, em todos os setores.

Quero aproveitar para, em nome de todos os participantes do congresso dos vereadores, saudar dois amigos que ali encontrei. O vereador Marcio Bortolotto e a vereadora Cleusa Mazardo, do município de Descanso, no extremo oeste, que também, junto com os demais vereadores catarinenses, estão participando.

Quero registrar a presença nesta Casa do prefeito em exercício de Campo Erê, sr. Adir Krefta, mais conhecido como Chiquinho, nosso amigo que vem administrando o município por um período de 90 dias até, e teremos agora, a posse do prefeito eleito Rudimar Borsione que está aqui na Assembleia Legislativa, junto com o Adir, prefeito interino. Eles estão fazendo uma transição tranquila, democrática, principalmente pensando em investimentos e projetos para o município de Campo Erê, que enfrentou duas eleições seguidas, duas impugnações de candidatos pelo processo de ficha limpa e que agora tem o prefeito Rudimar Borsione, o Preto, e o Gringo como vice-prefeito.

Então, parabenizo essas lideranças que também aqui estão em nossa Casa Legislativa.

Agradeço a confiança dos colegas pela nossa indicação para a Presidência da comissão de Segurança da nossa Assembleia Legislativa, tendo o deputado Carlos Chiodini como vice-presidente. E o compromisso que temos neste momento são as dificuldades por que está passando a segurança pública.

Eu já disse nesta tribuna que temos o exemplo de Nova Iorque, onde se diminuiu o número de presos e a criminalidade. E o Brasil enfrenta uma situação totalmente inversa, nós temos a cada dia mais presos, presídios superlotados, falta de vagas e a criminalidade com situação ascendente.

Então, vamos fazer essa discussão na comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, principalmente nos municípios que enfrentam problemas emergenciais, também com todo o estado de Santa Catarina, para que possamos buscar soluções. E como falava no inicio deste pronunciamento, precisamos ver o que queremos para o nosso estado, para os nossos municípios, para as nossas famílias, para as famílias de todos os catarinenses e brasileiros, nos próximos anos, na questão de segurança, assim como na área de educação e saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Serafim Venzon - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Discorre a respeito do financiamento da saúde em Santa Catarina.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Manifesta preocupação com relação à Saúde em Santa Catarina.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se à situação dos hospitais catarinenses.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Debate a votação do projeto do Magistério.

Ordem do Dia

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Discute o Projeto de Lei Complementar n. 0004/2013.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Discute o Projeto de Lei Complementar n. 0004/2013.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Discute o Projeto de Lei Complementar n. 0004/2013.

DEPUTADO JOSÉ MILOTN SCHEFFER - Discute o Projeto de Lei Complementar n. 0004/2013.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum

regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Antes das Breves Comunicações, quero tentar construir um acordo com todos os srs. deputados presentes, dado o falecimento do sr. Andrino Adrião de Oliveira, pai do nosso eminente deputado Edison Andrino. Vários deputados estão propondo que se encerre a sessão mais cedo para que possam, os que desejarem, participar do velório do pai do nosso deputado Edison Andrino.

Portanto, a proposta é a de deixarmos de fazer hoje o horário dos Partidos Políticos e anteciparmos a Ordem do Dia para as 15h. Para isso, precisamos saber se os líderes estão de acordo.

Por isso consulto as bancadas para saber se concordam com essa posição.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, como estou inscrita para falar neste primeiro momento de fala, consulto v.exa. se declinando desse tempo poderíamos antecipar ainda mais a sessão. Se assim o for, concordo inclusive em declinar da minha fala pessoal antes do horário dos Partidos Políticos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, acredito que sendo prevista para as 16 a missa de corpo presente e às 17h o sepultamento do pai do nosso colega deputado Edison Andrino, a bancada do PMDB concorda que seja realizada a Ordem do Dias às 15h, deixando livre para os colegas que quiserem ir à missa de corpo presente do pai do deputado Edison Andrino.

Então, a bancada do PMDB concorda com o pedido do sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Obrigado, deputado.

O SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a bancada do PT concorda com a sua sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, a bancada do PSD acata o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputado.

As bancadas do PTB e do PSDB também concordam.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

O SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero registrar a presença, neste Parlamento, do sr. Lindomar Lindner, secretário municipal de Assistência Social de Indaial, do sr. Carlinhos, que é diretor também dessa secretaria, e da sra. Joelma Meneghelli, que é assiste social, todos do município de Indaial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo concordância dos srs. líderes, vamos antecipar a Ordem do Dia para as 15h e seguiremos ao horário das Breves Comunicações.

Conforme os oradores inscritos, quero chamar a atenção dos srs. líderes de bancada de que às 15h, na Ordem do Dia, colocaremos em discussão o PLC n. 0004/2013, de autoria governamental, em regime de urgência, que modifica os valores do vencimento dos membros do Magistério Público do estado de Santa Catarina.

Portanto, precisamos 21 parlamentares, quórum qualificado. Por gentileza, srs. líderes, solicito que façam um esforço e tomem as providências para que possamos votar a matéria às 15h.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero registrar com muita satisfação a presença nesta Casa do presidente da Associação de Pescadores de Gravatá; do vereador Jeferson, o mais votado e do nosso secretário de Turismo, todos do município de Penha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Cumprimento todos os citados em nome desta Presidência.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Volnei Morastoni, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, sras. deputadas, na última quarta-feira, dia 13 de março, semana passada, no mesmo instante que saía a fumaça branca na chaminé do Vaticano, dizendo ao mundo *habemos Papa,* estava participando de uma reunião no ministério da Saúde, com o dr. Helvécio, secretário Nacional de Assistência em Saúde. Posso dizer que foi uma reunião histórica a respeito de um dos temas mais importantes e debatidos que é o financiamento da saúde em Santa Catarina.

Estavam presentes nessa reunião deputados estaduais e federais. Entre os deputados estaduais estavam Reno Caramori, José Milton Scheffer, que representa a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Pública de Santa Catarina, Jorge Teixeira, Darci de Matos. Entre os deputados federais estavam Décio Lima que preside o Fórum Parlamentar Catarinense, a deputada Carmen Zanotto que também já foi secretária da Saúde do estado, Esperidião Amin, aliás, no final do seu governo, em 2002, o estado foi habilitado para gestão plena na saúde, Jorge Boeira e Pizzolatti, além de representantes da Federação dos Hospitais e do Acélio Casagrande, secretário-adjunto da Saúde.

Portanto, era uma bancada representativa de Santa Catarina para tratar com o ministério da Saúde, mais uma vez, os pontos mais importantes, um problema crônico que está sendo levado avante, o que é uma injustiça com o nosso estado, na verdade, que se refere ao teto financeiro que o ministério da Saúde repassa para a secretaria estadual da Saúde do nosso estado.

Esse teto financeiro está defasado, e é injusto porque, quando foi calculado, há 20 ou 25 anos, nas décadas de 70, 80 e 90, quando essas séries históricas foram feitas, levando em consideração a alta complexidade instalada no estado, que ainda era precária, pequena, portanto, muitos pacientes catarinenses iam para o Paraná e para o Rio Grande do Sul, e essas séries já estavam defasadas no momento em que o teto foi calculado.

À medida que o nosso estado foi se recompondo, criando novos serviços de alta complexidade, formando a nossa rede estadual que ainda está em formação, pois há muitas necessidades de alta complexidade por todos os cantos do estado, o dinheiro deveria ter sido recambiado do Paraná ou do Rio Grande do Sul, mas isso não aconteceu. É lógico que o dinheiro deve acompanhar o paciente. Então, a verdade é que existe essa defasagem histórica. E precisamos da correção dessa defasagem, pois esse é um dos pontos principais para conseguirmos recompor o financiamento da Saúde em Santa Catarina.

Desse debate com o secretário nacional resultaram três encaminhamentos principais. Na verdade, esse problema se estende por todo o Brasil, e se hoje o ministério da Saúde tivesse que pagar para todo o país, o total da defasagem chegaria a R$ 45 bilhões - apenas no estado de Santa Catarina soma uma defasagem de R$ 120 milhões. Portanto, no final da reunião, depois de muitos embates e debates, tivemos três encaminhamentos.

Em primeiro lugar, um representante do ministério da Saúde se dispôs a vir a Santa Catarina, ainda nesta semana ou na próxima, para tratar da recontratualização dos hospitais da rede SUS; sejam os comunitários, filantrópicos, privados, conveniados, todos têm contrato com o SUS. Então, a recontratualização é uma oportunidade de um dinheiro novo, porque os procedimentos em números e em valores poderão ser recompostos. Portanto, trata-se de um passo concreto, verdadeiro e que poderá trazer uma luz no fim do túnel para a situação dos hospitais no estado.

Em segundo lugar, ficou claro e evidente que Santa Catarina deve fazer mais rapidamente a lição de casa, porque as redes de atenção de urgência e emergência, psicossocial, inclusive para enfrentar a questão das drogas, dos pacientes dependentes químicos, deputado Ismael dos Santos...

Estamos devagar. O governo do estado, a secretaria estadual da Saúde está devagar. Não vou dizer que está de costas para esse problema, mas está muito devagar. E temos que agilizar esse processo para termos um fluxo de dinheiro novo. Se o ministério não quer discutir a tabela do SUS, há um caminho novo para o financiamento da Saúde, que é através das redes de atenção à saúde. Estamos atrasados e temos que acelerar o passo urgentemente para colocar Santa Catarina de frente para o ministério da Saúde, em sintonia rápida com os seus programas nacionais.

Em terceiro lugar, o secretário nacional deixou claro que está em aberto o credenciamento para a alta complexidade, por todo o estado, conforme as necessidades, desde que cumpridas as exigências do ministério.

Portanto, acho que já demos um passo importante, mas precisamos continuar essa grande luta.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Sr. deputado Volnei Morastoni, parabéns pela sua luta, sempre defendendo a bandeira da saúde.

Eu não tive a oportunidade de acompanhá-lo na viagem a Brasília, mas monitorei as informações e, em conversa com o governador Raimundo Colombo, concluí que há

uma questão que é pontual: o cidadão catarinense não pode valer menos do que o cidadão do Paraná ou do Rio Grande do Sul.

É preciso um tratamento igualitário, e isso significa, nos cofres de Santa Catarina, pelo menos R$ 15 milhões/mês para a saúde catarinense.

Por isso, vale a pena essa luta, e parabéns por hastear essa bandeira juntamente conosco.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos. Concordo com v.exa.

A renda *per capita* do Rio Grande do Sul está R$ 190,00; do Paraná, R$ 145,00 ou R$ 146,00, e a nossa, em torno de R$ 130,00. Então, há uma defasagem e temos de corrigir essa injustiça. E por que temos que andar rápido? Porque todos os dias, em todo o estado, ocorrem problemas hospitalares.

Hoje pela manhã acompanhei a deputada Ana Paula Lima ao Ministério Público Estadual para tratar dos problemas do Hospital Infantil Joana de Gusmão, um hospital referência do estado que agora está com crianças do setor de oncologia sendo transferidas para outro setor insalubre do hospital, com mil problemas, que não tem condições de recebê-las, e todas as famílias estão preocupadíssimas. As reformas não acabam nunca, deputado Serafim Venzon, nesse hospital, assim como em outros hospitais do nosso estado. O Hospital Infantil Joana de Gusmão é referência em Santa Catarina em pediatria.

Então, depois a companheira deputada Ana Paula Lima vai falar mais intensamente sobre esse assunto.

Ontem o deputado Serafim Venzon e eu passamos a manhã em Tijucas tratando dos problemas do Hospital São José e da Maternidade Chiquinha Gallotti. O hospital e a maternidade estão fechando as portas, pois não dão mais conta dos encargos que têm. A prefeitura, que tinha um convênio até final de dezembro, não renovou o convênio e o hospital está prestes a fechar as portas. Ele é um hospital de referência regional para todo o vale do Tijucas e até para a região sul da Amfri.

E assim esses exemplos se espraiam por todo estado de Santa Catarina. O governo precisa agilizar rapidamente uma posição em relação aos hospitais do nosso estado. Eu sou defensor da atenção básica, da saúde da família, mas precisamos resolver essa ponta importante também do sistema de saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, que fez uma troca de horário com o deputado Serafim Venzon.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, deputado Volnei Morastoni, eu nem sei por onde começar diante desse problema tão grave que é a questão da saúde no estado de Santa Catarina.

V.Exa. mencionou aqui também o Hospital São José, de Tijucas, que ameaça fechar as portas. Esse assunto é matéria de um jornal de circulação no vale do rio Tijucas. Isso é lamentável e o governo não está dando uma solução para esse problema.

Recebi também a informação de que o Hospital Santo Antônio, do município de Blumenau, deputado Ismael dos Santos, já comunicou a secretaria municipal de Saúde, a secretaria Maria Regina de Souza Soar, que dentro de 30 dias não irá mais fazer atendimento na região, fechando todos os leitos da área psiquiátrica - e isso é lamentável porque aquele hospital é para socorrer, principalmente, os pacientes para desintoxicação da drogadição num curto período, e que não é o suficiente. E os leitos da UTI Pediátrica no Hospital Santo Antônio também não irão mais atender a nossa região; vão reduzir os leitos da clínica médica; e também vão cancelar o agendamento das cirurgias eletivas.

Então, eu não sei mais por onde começar para me ater a um tema, porque fiquei muito preocupada, e isso já é do nosso conhecimento.

O deputado Volnei Morastoni, presidente da comissão de Saúde, juntamente com diversos parlamentares desta Casa, fez visitas em quase todos os hospitais do estado de Santa Catarina e já diagnosticou esse problema. A secretaria de estado da Saúde e o Ministério Público já sabem desse problema, e estamos aqui novamente falando da questão de saúde, pois é um caso de emergência urgentíssima.

Mas quero me ater também a outra questão. No mês de janeiro, no município de Navegantes, uma senhora grávida foi ganhar o seu bebê, o médico fez uma cesárea e retirou todo o útero da mulher, fez uma histerectomia, como se diz na linguagem médica, bolsa de colostomia, deputado Volnei Morastoni, e a senhora está acamada num hospital no município.

Então, que segurança tem a nossa população diante de tantos casos que têm ocorrido no estado de Santa Catarina?

Como a Segurança Pública está em estado de emergência, o governador mandou aqui um decreto para liberar esses recursos para a construção dos presídios, penitenciárias, no estado de Santa Catarina. E acredito que a Saúde é mais alarmante, porque é a vida das pessoas que está em jogo. É entre a vida e a morte, e nessa condição nenhum passo foi dado para resolver essa problemática. E não me digam que não sabiam. Os relatórios foram todos feitos, de todos os hospitais.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputada Ana Paula, estamos com v.exa. nessa luta. E a questão específica do Hospital Santo Antônio também nos preocupou. E é bom lembrar que o governo do estado investe a cada mês R$ 235 mil no hospital Santo Antônio. De fato, o governo do estado tem que no mínimo passar esse recurso para R$ 400, R$ 500. É bom lembrar também que são 200 hospitais em Santa Catarina. E aí, deputada Ana Paula, precisamos, sim, da parceria do governo federal, para juntos buscarmos soluções para a Saúde.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Isso fez o nosso presidente da nossa comissão, deputado Volnei Morastoni, que esclareceu a situação do estado de Santa Catarina. Por que o estado de Santa Catarinana não recebe mais recursos? A secretaria de estado da Saúde tem que fazer o seu dever de casa. E os recursos, deputados Ismael dos Santos, que o hospital Santo Antônio recebe do governo do estado desde quando o meu marido era prefeito, de uma luta que fizemos com o ex-governador Esperidião Amim, para aumentar esse repasse... E de lá para cá Blumenau ficou oito anos sem governo. Não melhorou em nada.

Sr. presidente, o que me traz aqui é uma preocupação que no sábado, estando em minha casa, recebi um telefonema, uma mensagem telefônica de uma mãe que tem o seu filho internado no Hospital Joana de Gusmão. Essa senhora, deputado Ismael dos Santos, é do nosso município de Blumenau. Esse menino tem 11 anos, perdeu uma perna e está internado no Hospital Joana de Gusmão para fazer o tratamento de quimioterapia, porque ele é portador de um câncer.

Essa mãe me relatava a preocupação, porque esses pacientes iriam ser transferidos da unidade desse seu tratamento para outra unidade do hospital que não tem as mesmas condições de tratamento dessas crianças.

Essas crianças têm uma imunidade baixíssima, podendo ter riscos de contrair várias infecções. E a unidade para a qual elas serão transferidas não é salubre o suficiente para o atendimento dessa questão.

Diante dessa problemática, telefonei para o diretor do hospital, que me atendeu diferente do secretário de Saúde, que não atende ao telefone no final de semana. O dr. Roberto me disse que iriam ser transferidas essas crianças no dia de ontem. Graças a Deus até hoje essas crianças não foram transferidas, porque é risco de vida a transferência dessas crianças.

Por isso, hoje, pela manha, tanto eu como o deputado Volnei Morastoni, presidente da comissão de Saúde desta Casa, fomos ao Ministério Público, para uma ação imediata nesse caso, porque ele já tem a relação dos problemas de todos os hospitais catarinenses e sabe do problema do Hospital Joana de Gusmão. Já foram fazer a visita *in loco*, em março do ano passado, e foi constatado que as obras estão paralisadas, deputada Angela Albino. São nove meses que não concluíram as obras de um setor da Oncologia, na UTI pediátrica do Hospital Joana de Gusmão. Mais de dois anos essas obras estão paradas.

Agora querem penalizar as crianças que estão em tratamento de oncologia, sabedores que são que estão com imunidade baixa, sabedores também que o hospital passou por um tempo com fungos e bactérias, sabedores que são que não é um tratamento adequado nesse outro setor.

Fiz um apelo, sim, ao Ministério Público. E faço um apelo ao secretário de estado da Saúde e ao diretor desse hospital, no sentido de que essas crianças não podem ser penalizadas por inoperância da secretaria estadual da Saúde e da direção do Hospital Joana de Gusmão, que está com uma obra de uma UTI há mais de dois anos para ser concluída, uma obra do setor de oncologia de crianças. Um hospital referência no estado de Santa Catarina nove meses com uma obra parada.

Agora está com goteira a UTI pediátrica no Hospital Joana de Gusmão. E querem penalizar as crianças que estão em tratamento de quimioterapia.

Não dá para fechar os olhos para isso. As famílias se rebelaram contra essa ação. Estão apavoradas, mas estão ali na defesa dos seus filhos, na defesa da vida dos seus filhos. E estou junto com essas mães e pais, como se fosse um filho meu. Então, temos que estar na defesa dessas crianças.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não.

A Sra. Deputada Angela Albino - Vou até usar pouco o seu tempo, porque vou debater sobre esse assunto depois. Mas quero parabenizar v.exa. que trouxe esse assunto à baila, trouxe a demanda dessas mães à baila.

Estivemos juntas, assim como outros parlamentares desta Casa, a exemplo do deputado Volnei Morastoni, numa inspetoria que fizemos no Hospital Joana de Gusmão, durante o período da greve, ainda no ano passado, quando vimos uma ala inteira que foi inaugurada há dois anos, com festa, com foto em jornal, que até hoje não foi aberta.

Então, cumprimento v.exa. E tenho certeza de que esta Casa vai ter que se mobilizar em torno desse assunto também.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Srs. deputados, são fotos que vou mostrar ali. São fotos que as mães tiraram. Essa é a ala que as crianças são atendidas. Ali tem goteiras também. E eles vão ser transferidos para outra ala. Naquela cadeira tem uma bacia onde as crianças tomam banho, porque não podem usar o chuveiro e o banheiro do hospital com risco de contaminação. Na outra ala que eles queriam ser transferidos. Ali mostra também que não é só a transferência das pessoas. Existe um equipamento que está sendo reutilizado várias vezes para a quimioterapia das crianças, porque o hospital só tem um equipamento que está no carrinho de emergência.

Essa é a situação do Hospital Joana de Gusmão, o hospital de referência no atendimento de oncologia pediátrica, que até o momento não tem resolvido esse problema.

Trago a esta tribuna esse caso alarmante, em que as condições são péssimas. O diretor do hospital me relatou que falta dinheiro. Essas crianças estão correndo risco de vida. Assim está a obra que até o momento não foi concluída. Isso, sim, é um caso de emergência para mim, isso, sim, é um caso de vida e morte para mim. É com isso que o governo do estado deveria estar preocupado, com a defesa das nossas crianças que estão lá sendo penalizadas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Inscrito o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, especialmente a Rádio Alesc e a TVAL, quero cumprimentar as autoridades, os vereadores que estão nas galerias desta Casa, em Lindomar Linder, o Alemão de Indaial, que junto com uma delegação deste município já foi saudado aqui na Casa pela deputada Ana Paula Lima. Aqui vieram fazer uma caminhada pelo governo do estado, fazer uma visita à secretaria da Assistência Social.

Indaial se destaca em Santa Catarina inteira por ser o único município de Santa Catarina que tem 100% de cobertura no atendimento da área da assistência social.

É uma cidade que tem hoje quatro CAS, dois CRES, enfim, é totalmente atendida. A rede de assistência social tem atendido a 100% da população graças ao empenho, naturalmente por determinação do prefeito, mas graças à boa e excelente equipe de assistentes sociais que tem lá naquele município.

Então, em nome da Joelma, da Telma, as assistentes sociais que aqui estão, quero saudar então todos os membros da secretaria de Assistência Social que estão aqui escoltados pelo seu presidente, pelo secretário, sr. Lindomar, e pelo diretor Carlinho.

Quero também saudar, até por razão desta visita, o senador Paulo Bauer, que em 2011, atendendo a um pleito do governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, e atendendo especificamente a um pedido da secretaria de Assistência Social, por ocasião da votação do Orçamento de 2012, o senador acatou a sugestão, acatou o nosso pedido e transformou em emenda para o orçamento, destinando 2,5 milhões para a secretaria Estadual da Assistência Social, com o intuito, com o compromisso da secretaria, e que está de fato acontecendo, não estou mais lá como secretário, mas o dr. João Cândido já transformou essa emenda do senador Paulo Bauer, atendendo a pedidos dos prefeitos, todas as prefeituras que tem CREAS, um serviço de média complexidade da assistência social, vão receber um carro de duas portas para atender ao serviço de assistência social desses municípios - são 86 municípios do estado de Santa Catarina.

Então, aqui, ao cumprimentar o secretário de Indaial, saúdo o senador Paulo Bauer, que na ocasião atendeu aqui, agora, durante o ano. E seguramente, lá para o mês de maio, junho, julho, até lá, esperamos que esses carros cheguem a esses 86 municípios, inclusive ao município de Indaial.

No dia de ontem, sr. presidente, estivemos, este deputado, juntamente com o deputado Volnei Morastoni - e a grande maioria dos deputados, principalmente os da região, também gostariam de ter estado conosco - visitando o vale do Rio Tijucas, que compreende essencialmente a cidade de Tijucas, Canelinha, São João, Major Gersino e Nova Trento, que em termos de hospital atende também a todos os municípios da Costa Esmeralda, como, por exemplo, Governador Celso Ramos, Bombinhas, Porto Belo, Itapema, até parte de Camboriú, que acorrem ao Hospital São José, à Maternidade Chiquinha Gollotti, que hoje passam por dificuldades como passam os demais hospitais de Santa Catarina.

Isso decorre de várias situações. E só existe uma situação que não admito, ou seja, culpar a gestão do hospital. Tem uma hora que não existe milagre. Pode botar Jesus Cristo ali, pode botar Jesus Cristo como gestor que não tem como acertar, não tem como fazer o milagre, porque também não vai fazer todos os dias. Um milagre de vez em quando, tudo bem, mas direto não dá para fazer!

Então, todos os hospitais não têm como se sustentar, não há como repor o material de custeio, não há como acompanhar as modernas tecnologias que, assim como nas outras áreas, na saúde também acontece, só que nenhum hospital que atende ao SUS pode acompanhar a evolução tecnológica que existe justamente porque os recursos que são repassados, os valores que são repassados pelo atendimento, ainda são de 1986.

Eu acho que não existe nada que hoje é pago, atualmente pago, que se pague com o valor de 14 anos atrás, que já estava defasado naquela época. Se em 1996 o valor do procedimento fosse um valor enorme, de repente, ainda podia valer. Mas não era assim. Naquela época a turma já chorava as pitangas, pois não havia como se sustentar com aquele valor. Pois é, esse valor que já era ruim em 1996 continua igual, continua exatamente o mesmo valor de 14 anos depois.

Por isso, o Hospital Regional São José, a maternidade de Tijucas, estão reclamando.

Agora, a irmã Cenira, diretora do hospital, é da mesma congregação da irmã Eledina que faz funcionar o hospital de Tubarão, que faz funcionar o hospital Santa Isabel, de Blumenau, por quê? Porque lá existe a alta e média complexidade e daí a Autorização de Internação Hospitalar. De cada internação são pagos regularmente aos hospitais, quando pagam, R$ 600,00 por mês.

Assim, com esses R$ 600,00 por mês paga-se todo o procedimento cirúrgico, o médico cirurgião, o auxiliar, o anestesista, os laboratórios, a equipe médica, a equipe de enfermagem que dá atendimento diferenciado, todo o serviço de hotelaria restante. Bom e ainda imaginam que desses R$ 600,00 tem que sobrar o lucrinho para o hospital poder trocar a cama, quando ficar velha, quando o equipamento se estragar, substituir pelo novo ou consertá-lo. Ainda teria que fazer renovação ou comprar modernas tecnologias.

Então, o Hospital Santa Isabel e o hospital de Tubarão conseguem sobreviver à custa da média e alta complexidade, e daí a AIH em vez de ser R$ 600,00 por cada internação, passa a ser um pouco mais, em torno de R$ 1.000,00 a R$ 1.200,00.

Se hoje o SUS autorizasse ou credenciasse inúmeros hospitais à média e alta complexidade... Existe essa história de não credenciar os hospitais não porque os outros hospitais não tenham condições técnicas ou não tenham profissionais para fazer aquilo. Eles têm. O que não querem é passar o valor da AIH de Cr$ 600,00 para R$ 1.200,00. Ou seja, teriam que colocar mais dinheiro no sistema da saúde e, com isso, atenderia à necessidade.

Quanto à questão da saúde hoje em Santa Catarina, seguramente, se lutarmos pela melhoria, pelo aumento, pelo incremento de recursos à saúde, destinar um volume maior de dinheiro para os hospitais, pagar melhor as AIHs, pagar melhor o que estão fazendo, os hospitais poderão, sim, prestar um serviço digno e se sentirão orgulhosos de estar administrando. E do jeito que está a saúde todo mundo se sente frustrado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero fazer uma correção.

No meu pronunciamento falei do recurso para o Hospital Santo Antônio. E o governador na época era Esperidião Amin. Mas depois houve ampliação do recurso para o Hospital Santo Antônio que ocorreu nos 13 dias que abalaram o estado de Santa Catarina.

O governador esteve em Blumenau, quando o Décio Lima era prefeito, e fez, sim, uma contratação com o Hospital Santo Antônio na ordem de R$ 250 mil. De lá para cá nada mais.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -Quero, mais uma vez, chamar a

atenção dos deputados que estão em seus gabinetes para que desçam, pois foi antecipada a Ordem do Dia para as 15 horas.

Estamos aguardando os deputados para haver quórum, a fim de deliberarmos matérias que exigem 21 votos.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, gostaria de assomar à tribuna nesta tarde para debater uma votação que certamente está na Ordem do Dia de hoje, que ocorreu no âmbito das comissões acerca do projeto do governador que trata sobre a carreira do Magistério.

O Magistério fez uma greve dolorosa no ano passado, que só pode ter fim porque o governo fez uma série de compromissos que não estão sendo cumpridos. Na verdade, utilizou-se da velha técnica de fazer uma comissão para deixar tudo exatamente como estava.

Hoje, na comissão de Finanças e na de Trabalho, da qual participo, e também na de Educação, votou-se esse projeto. E em dois momentos manifestei-me dizendo que esse é um dos votos mais difíceis que já fiz neste Parlamento. Por um lado esse projeto é inadmissível.

A deputada Luciane Carminatti apresentou alguns dados hoje na comissão de Finanças, que tomei a liberdade de usar em redes sociais inclusive, e ela coloca que alguns professores terão o reajuste de R$ 15,00. E tem gente dizendo que o que vem à votação é tornar novamente a tabela dos professores como manda a Lei Nacional de Diretrizes da Educação.

Ora, srs. deputados, dando uma reajuste depois de tanto tempo de R$ 15,00! E houve professores que me perguntaram se estavam aumentando para R$ 15,00 a hora de trabalho. Não, o aumento é de R$ 15,00 no final do mês.

A proposta que está para ser votada desemboca exatamente isso na vida daquele professor - você que está em casa nos ouvindo, que fez greve, que lutou ou até que não fez greve, sabe o quanto ganha.

Ao mesmo tempo a situação dos professores e das professoras é tão miserável e extremada que recebi hoje durante todo o dia o pedido para votar favoravelmente na comissão, porque para muitos professores R$ 15,00 vai ser uma parte substancial do seu salário.

É isso o que se está fazendo com a educação no estado de Santa Catarina.

A deputada Ana Paula Lima subiu à tribuna hoje para tratar da saúde. É muito difícil. Nós que somos mães e certamente os senhores que são pais podemos imaginar a dor dos pais e mães que estão vivendo hoje no Hospital Infantil sem saber onde vai dormir o seu filho que está na ala das crianças com câncer, porque pode ser que precisem fazer transferência ou não.

Quando fizemos a inspeção no Hospital Infantil vimos alas que foram inauguradas que renderam matérias favoráveis ao governo nos jornais e que estão fechadas desde então. Nós vimos lá naqueles dias profissionais dedicados, profissionais que têm vocação para tratar das pessoas, mas que não têm a menor condição de trabalho para fazer isso. Nós vimos lá o caos que o acúmulo de descaso do governo do estado e da saúde de Santa Catarina acabou criando.

Hoje ainda discutimos pela manhã nas comissões a questão da segurança. E agora discuto neste plenário a educação. Para a grande massa do povo catarinense o governo é inoperante em saúde, em educação, em segurança.

Segundo noticia o jornalista Moacir Pereira, com claras letras, este é um governo que cada um puxa para o seu lado, que virou uma ilha, que ninguém se importa com o todo. Da base do governo ouvimos todos os dias alguém dizer que o governador é coadjuvante no seu próprio governo. É preciso que o governador acorde e governe Santa Catarina, na saúde, na educação, na segurança.

É claro que precisamos de obras de infraestrutura. O Brasil vive um momento de desenvolvimento econômico e precisamos desenvolver várias áreas no estado, mas nada vai ter valor se saúde, educação e segurança ficarem do jeito que estão. E aí não é milagre, mas orçamento.

Na vez em que fomos ao Hospital Infantil, e aqui quero deixar o meu abraço ao dr. Roberto que dirige o Hospital Infantil bravamente, ele mesmo sabedor de todas as dificuldades, dizia que precisamos de 400 funcionários a mais.

Saúde, educação, segurança, faz-se com homens e mulheres, faz-se com servidores públicos que precisam ser remunerados e que precisam, no caso de Santa Catarina, inclusive, serem contratados, porque nem contratados foram. Nós precisamos que o estado alerte para isso.

Eu trouxe aqui o manifesto com o qual o Sinte se posicionou sobre o noticiado Pacto pela Educação.

Eu fiz, hoje, o pedido de informação ao governo do estado, que amanhã chegará neste plenário, sobre o quanto o governo do estado está gastando com publicidade com o pacto das estradas. São matérias veiculadas em horário nobre, feito belissimamente. E quero ver quanto por cento de reajuste dá para dar aos professores somente com a propaganda que fez sobre o pacto da educação.

O pacto da educação que precisa ser feito é um só. E não é o pacto de fazermos belas propagandas. É o pacto de remunerarmos bem os nossos professores. E não adianta dizer que as escolas que estão caindo são pontuais. Que em todos os pontos as escolas estaduais de Santa Catarina têm algum problema grave acontecendo.

Eu sou moradora de Florianópolis. Vivi a minha vida toda na região continental. E quem é de lá sabe o que representa para nós o colégio Aderbal Ramos da Silva, de grande memória, nome de um ilustre catari nense.

Sabemos também o estado em que se encontra esse colégio Aderbal Ramos da Silva, a tentativa de fechar a Escola Básica Prof. Otília Cruz, o fechamento da Escola Básica Antonieta de Barros, o fechamento da Escola Básica Jurema Cavallazzi, enfim, o fechamento de sete escolas estaduais, somente dentro de Florianópolis.

Então, precisamos muito de um pacto pela educação, de um pacto pela saúde, de um pacto pela segurança. Mas precisamos que ele seja feito além das mídias. Precisamos de alguém que jogue para além da plateia, que jogue de verdade. E esse papel, governador, é seu. O senhor precisa ser o capitão desse time. O senhor é que tem que dizer aonde vai. Se o senhor acha, como tenho certeza de que ainda acha, que 36 secretarias regionais são um ônus que este governo não suporta, o senhor tem que ter a dignidade de propor a extinção ou no mínimo, no mínimo, a readequação.

Tenho certeza de que o discurso que o senhor fez quando ainda não estava na tríplice aliança ainda bate no seu peito. Tenho certeza de que o senhor, mais ainda agora, porque é governador, sabe que 36 secretarias regionais são um ônus que o estado de Santa Catarina não suporta mais.

Precisamos readequar isso; precisamos enfrentar. E quem for de boa-fé, neste plenário, certamente vai acompanhar o senhor. E tenho certeza de que, neste caso, inclusive, a oposição nesta Casa vai estar junto, porque enfrentaremos.

Hoje, o líder do governo muito bem lembrava na Comissão de Finanças de momentos novos no orçamento do estado de Santa Catarina. E nesses novos momentos precisamos, sim, buscar alternativas, mas precisamos também pensar por que o estado de Santa Catarina tem incentivo fiscal para importar lancha. Nós temos incentivo fiscal para importar lancha em Santa Catarina! E nós precisamos colocar a mão nesta cumbuca.

Defendi, hoje, deputado Darci de Matos, por quem tenho um grande respeito e amizade, Deputado Dado Cherem, da mesma forma, os dois da base do governo, que a Assembleia de Santa Catarina precisa entrar de vez na discussão dos *royalties* do petróleo, porque a dificuldade orçamentária que vamos viver daqui para frente passa também para termos uma discussão sobre os *royalties,* deputado Darci de Matos, o mesmo protagonismo que o Rio de Janeiro e o Espírito Santo estão tendo. E tirar isso do povo brasileiro? Porque o petróleo que se encontra em terras do Brasil, em águas do Brasil, precisa ser dividido com o povo brasileiro.

Ainda, hoje, o mesmo líder do governo dizia: "O menor município de Santa Catarina teria R$ 450 mil de orçamento, a partir da aplicação na divisão do *royalty* do petróleo".

Somos silentes sobre esse assunto. Somos acanhados sobre esse assunto. E precisamos ter mais protagonismo nisso. O estado de Santa Catarina vai precisar dessa remuneração, e ainda hoje estamos tratando o assunto como um assunto menor. Mas esse tema de mantermos o estado sanável passa também por repensar muitas coisas.

Deixo aqui a minha disposição com o governador de que independentemente de bandeiras partidárias tenhamos o interesse público de Santa Catarina à frente de qualquer outro e que possamos de fato batalhar sobre os *royalties* do petróleo, com a Assembleia Legislativa sendo parceira do governo do estado.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputada Angela Albino!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, sr. presidente!

Quero apenas registrar com satisfação a presença do prefeito de Garuva, sr. José Chaves, acompanhado de sua assessora de imprensa, sra. Daiane, do

vereador Reginaldo News Rosa e também de sua filha, a dra. Sheila.

Sejam todos bem-vindos.

Sr. presidente, para ajudar a liderança do governo, sendo que o deputado Aldo Schneider deverá assumir nos próximos dias, fazemos um apelo aos srs. deputados que compareçam ao plenário para que possamos votar os projetos de interesse do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, apenas para convidar e informar a esta Casa que amanhã estaremos em Porto alegre, às 10h, representando a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde, num encontro com a Frente Nacional e também com a Frente gaúcha para fortalecer o movimento em relação ao reajuste da tabela do SUS, bem como o Movimento Saúde mais 10.

Fica aqui o registro e o convite a todos os srs. parlamentares preocupados com o futuro da saúde que passa, sem dúvida nenhuma, pelo reajuste da referida tabela.

Também quero convidar os nossos pares para, na quinta-feira, às 9h, o seminário sobre Síndrome de Down, aqui, nesta Casa, no auditório Deputada Antonieta de Barros.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Nós é que agradecemos.

Conforme acordo, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0104/2013 e 0109/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0105/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0106/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0107/2013, de autoria do deputado Darci de Matos; 0108/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0110/2013, 0111/2013 e 0115/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0112/2013 e 0113/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 0114/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0116/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0117/2013, 0118/2013 e 0119/2013 de autoria do deputado Aldo Schneider; 0120/2013 e 0121/2013, de autoria da bancada do PT, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica, igualmente, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0166/2013, 0168/2013, 0169/2013, 0170/2013 e 0172/013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0167/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima0171/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0173/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0175/2013, de autoria da deputada Angela Albino; 0176/2013, 0177/2013 e 0184/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0178/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 0179/2013, deputado Dirceu Dresch; 0180/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0181/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0187/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0188/2013, de autoria da bancada do PT; e 0189/2013, de autoria do deputado Jorge Teixeira.

Requerimento n. 0174/2013, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, que solicita ao diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica revisão tarifária periódica das 17 cooperativas permissionárias, bem como a análise dos processos das quatro cooperativas sujeitas à regularização como permissionárias.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimentos n.s: 0182/013 e 0183/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita aos gerentes das empresas TIM e Oi Celular em Santa Catarina a instalação de uma torre de telefonia celular no distrito de Craveiro, no município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0008/2013, de autoria do deputado Dado Cherem, a ser enviado ao Congresso Nacional, solicitando que urgentemente aprove as medidas legislativas necessárias e unifique as eleições brasileiras.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 009/2013, de autoria da deputada Angela Albino, manifestando ao presidente do Conselho de Administração do Grupo WEG aplausos pelo recebimento do Prêmio Finep de Inovação 2012, na categoria Grande Empresa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0010/2013, de autoria da deputada Angela Albino, manifestando ao presidente e à comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados repúdio à eleição do deputado Pastor Antônio Feliciano para presidente da referida comissão.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, com todo o respeito à deputada Angela Albino, quero dizer que conheço o pastor Marcos Feliciano, sei de sua caminhada, sei de alguns encaminhamentos vulneráveis, do ponto de vista político, no que diz respeito à questão das minorias. Mas também discordo da forma como está sendo feito o encaminhamento em Brasília.

Por isso, sr. presidente, meu voto é contrário a essa moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Está registrada a posição do deputado Ismael dos Santos.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, na verdade esse requerimento é fruto de um movimento que o Brasil inteiro tem vivido. Obviamente defendemos a pluralidade de ideias, mas particularmente a frente da comissão de Direitos Humanos não pode ter um parlamentar que declaradamente disse que os negros descendem de uma raça amaldiçoada por Deus. Ele tem uma posição completamente homofóbica.

O Brasil vem desenvolvendo políticas públicas no sentido da extinção do racismo e da homofobia. E é um retrocesso do ponto de vista de direitos humanos essa eleição. E considero que a Assembleia Legislativa deve se pronunciar sobre isso.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Da mesma forma, sr. presidente, quero dizer que as manifestações deste deputado foram infelizes. E uma comissão tão importante como a comissão de Direitos Humanos na defesa das pessoas não pode ter manifestação dessa natureza.

Por isso, voto com a deputada Angela Albino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada, por maioria, já com o voto manifestado pelo sr. deputado Ismael dos Santos.

Moção de n. 0011/2013, de autoria da deputada Angela Albino, dirigida à presidente da República, aos ministros da Educação, da Ciência Tecnologia e Inovação, ao presidente da Câmara dos Deputados e ao presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos, solicitando apoio à campanha de bolsas conduzida pela ANPG e pelas associações de pós-graduandos que compõem sua rede.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0012/2013, de procedência da bancada do PT, manifestando apoio ao presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, pela substituição do deputado federal Marcos Feliciano da

Presidência da comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0017/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado aos secretários da Educação e do Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, solicitando informações sobre o projeto de reforma da Escola Básica Tereza Cristina e do ginásio de esportes, do município de Laurentino.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação n. 0018/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, solicitando ao secretário da Segurança Pública informações referentes à previsão para aumentar o número de policiais civis no município de Laurentino.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0019/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, solicitando ao secretário da Casa Civil relação das entidades dos municípios de Formosa do Sul, Santiago do Sul, Novo Horizonte, Quilombo, Cunha Porã e Anchieta que receberam subvenções sociais nos anos de 2011 e 2012 e o respectivo valor de cada uma delas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0021/2013, de autoria da deputada Angela Albino, solicitando à presidente da Fundação de Educação Especial informações referentes às providências tomadas pelo governo do estado para implementar o Plano Viver sem Limites.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0022/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública e ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre o motivo do não atendimento à Lei n. 15.430/2010, que reduziu o prazo de alienação de veículos adquiridos, de três para dois anos, com isenção do ICMS pelos deficientes físicos e seus representantes legais, e quantos atendimentos foram realizados por mandado de segurança.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Solicito aos srs. deputados que façam o registro da presença, para que possamos ver se há quórum qualificado para deliberação do projeto de lei complementar.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sei da justificativa nobre do adiantamento da Ordem do Dia, mas temos inúmeros deputados que estão em algumas audiências por conta de agenda já programada. E a única coisa que não estava programada é o velório do pai do nosso colega deputado Edison Andrino. Dessa forma muitos deputados estão em audiências fora da Assembleia Legislativa; por isso, o quórum está muito baixo. Portanto, a minha opinião é que deveríamos aguardar mais um pouco para colocar em votação esse projeto.

Muito obrigado.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, há deputado que está presente e não está registrado, porque há um número presente maior do que esse que está no painel.

Então, apelo para que quem não digitou a senha que a digite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Temos 22 srs. deputados presentes.

Há quórum para deliberação.

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0004/2013, de autoria governamental, que modifica o valor do vencimento dos membros do Magistério Público Estadual, ativos e inativos, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Educação, Cultura e Desporto.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Em discussão.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados e as sras. deputadas.

Com relação ao Projeto de Lei Complementar n. 0004/2013, que modifica o valor do vencimento para os professores ativos e inativos, em regime de 40, 30, 20 e 10 horas, atendendo à tabela proporcionalmente em 100%, 75%, 50% e 25%, que também garante gratificação de produtividade para analistas técnicos em gestão educacional de 50% dos que estão em exercício nas unidades educacionais, quero fazer um breve comentário.

Em primeiro lugar, é importante destacar que estamos somente tratando desse projeto por conta da Lei n. 11.738, de 2008, que instituiu o piso, carreira e também o reajusto automático no mês de janeiro, de acordo com os índices anunciados anualmente pelo Ministério da Educação.

Diante dessa legislação, Santa Catarina não cumpriu com a determinação legal em 2008, em 2009, em 2010 e entrou com uma Adin - Ação Direta de Inconstitucionalidade -, sendo que no mês de abril de 2011 o STF julga a constitucionalidade da lei.

Em 2011, ocorreu a greve do Magistério de 62 anos que foi decisiva porque trouxe à tona que em Santa Catarina os professores recebiam um piso de R$ 609,00 por mês.

O governo foi obrigado, então, diante dessa greve, dessa negociação, a passar o piso de R$ 609,00 para mais de R$ 1 mil, em 2011. Em 2012, houve um reajuste de 22.2%, passando para R$ 1.451,00. Em 2013, este ano, portanto, houve um reajuste de 7.97% e passou para R$ 1.500,00.

Quais são as questões que estão colocadas em relação a esse projeto de lei?

É importante destacar o histórico anterior. Esse projeto de lei existe em função desse histórico anterior. Mas quero dizer por que a minha manifestação, nesta tribuna, vai ao sentido de me abster, como fiz nas três comissões. Primeiramente, porque não quero passar a imagem desta Casa legislativa aos professores de que esse projeto contempla as reivindicações da categoria. Não contempla. Esse projeto de lei não atende, em primeiro lugar, as negociações feitas no ano passado, pois no ano passado temos mais de 20% a ser pagos e neste ano mais 8%. Portanto, ao todo temos mais quase 30% a ser reajustado no piso e na carreira do Magistério.

Em segundo lugar, quero destacar que o projeto de lei pretende parcelar três anos, 2013, 2014 e 2015.

Em terceiro lugar, professores com piso de R$ 1.567,00, com Magistério, terão, os de licenciatura plena, R$ 1.581,00, ou seja, a diferença entre um professor de ensino médio e ensino superior é de R$ 15,00 apenas.

Em quarto lugar, a média de reajuste onde na tabela temos a maioria dos professores é onde infelizmente o governo coloca o menor reajuste, ou seja, os professores de licenciatura plena e especialização terão o menor reajuste da tabela - de 7% a 9% apenas.

Outro problema também colocado é que os professores que terão o maior reajuste, que é mestrado e doutorado, são os que estão

no nível de ter o menor número de professores na carreira do Magistério estadual.

Diante disso, a mensagem que quero dar ao governo estadual, como professora e deputada estadual, é que os professores cobram a dívida passada que foi acordada pelo governador, pelo atual e pelo ex-secretário da Educação.

Queremos que esta Casa receba um projeto de lei que contemple o reajuste devido, o piso na carreira para todos os níveis, de acordo com a Lei 11.738. Portanto, a partir de agora não queremos que venha a esta Casa um projeto de lei como o governo tem anunciado que vai mandar no próximo mês, que continua achatando a tabela salarial, a carreira do Magistério. Queremos um projeto de lei, sim, que estabeleça piso e carreira decente, de acordo com o que foi firmado na greve do ano passado e que os professores estão esperando.

Por isso, a minha manifestação. Não votarei contra, porque, como disse hoje em uma entrevista, é como se os professores estivessem no deserto e vem apenas uma gota de água. Então, não vamos desprezar essa gota de água, mas quero deixar claro que os professores continuam no deserto, ou seja, falta muito para chegar a um piso decente e uma carreira adequada em Santa Catarina.

Respeito a manifestação e o voto dos demais parlamentares, mas quero deixar registrado que gostaria que constasse na íntegra o meu posicionamento: respeito a decisão dos colegas, mas vou me abster, porque não é suficiente o que está vindo a esta Casa. Nós precisamos de mais.

É importante dizer também que do Fundeb nos últimos três anos, se pegarmos 2010, 2011, 2012, 2013, tivemos mais de R$ 300 milhões de incremento, só do Fundeb, fundo a fundo, sem considerar que nos últimos dez anos o orçamento da Educação tem recebido um incremento razoável por parte da União.

Então, deixo bem clara a minha posição aqui, porque como professores merecemos mais. E o Magistério Público de Santa Catarina espera muito mais para a sua carreira.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente e srs. deputados, quero defender aquilo que já defendi na comissão de Finanças também, que é meu entendimento e com certeza o entendimento de parte da nossa bancada.

Em relação ao reajuste não há que se dizer que ele efetivamente deveria ser diferente e que deveria ter o respeito à carreira, o piso na carreira.

Colocar uma diferença de R$ 15,00 entre um professor do magistério e um professor com licenciatura plena realmente não é fazer carreira. Veja que um professor do magistério entra com R$ 1.567,00 e se aposenta com R$ 1.567,00, conforme as tabelas aqui. Então é preciso haver, efetivamente, uma descompactação dessa tabela.

Agora, estamos diante de uma situação real. Quer dizer, se não aprovarmos esse pouco de reajuste, nem esse pouco teremos. Diante desse fato não há como não votar a favor, até porque há muita gente esperando isso, o professorado, o Magistério.

Por isso, votamos a favor nas comissões e, novamente, aqui, deixando claro que o governo deve encaminhar outro projeto depois, propondo uma nova tabela, descompactando a tabela, respeitando, inclusive, a questão da carreira do Magistério. Mas neste momento, exatamente em função daqueles que estão aguardando, votaremos favoravelmente, fazendo essas restrições que fizemos questão de deixar aqui registradas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para discutir, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, da mesma forma que fiz nas comissões de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público, quero manifestar aqui o nosso desacordo com o conteúdo do projeto, porque novamente agrava as dificuldades do serviço público em Santa Catarina, notadamente do Magistério.

Queremos um pacto pela Educação que privilegie os educadores, as educadoras, para que eles possam, de fato, recuperar a carreira dos professores de Santa Catarina. Mas a situação que está sendo colocada apara nós parlamentares é de apelo dos profissionais da Educação para que possamos aprovar esse projeto nessa situação extrema em que eles estão vivendo, que qualquer R$ 15,00 faz diferença.

Portanto, o meu voto, hoje, é em nome do reconhecimento, da dificuldade em que vivem os profissionais da Educação em Santa Catarina. O nosso desejo é que o estado possa rever essa sua posição e dar um tratamento digno aos professores de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, a situação do Magistério catarinense é semelhante à situação do Magistério em nível nacional, em diferentes estados. Obviamente, falta formação, qualificação, reconhecimento, uma política nacional que valorize o Magistério de forma geral, mas o governador Raimundo Colombo vem buscando fazer a sua parte.

No Rio Grande do Sul o piso do Magistério foi implementado, mas para lá da divisa do rio Mampituba os professores ainda não conquistaram o piso e estão brigando na Justiça.

Obviamente, precisamos continuar avançando aqui em Santa Catarina. Mas no dia de hoje recebemos telefonemas de diversos professores pedindo a aprovação desse projeto, num entendimento de credibilidade e de boa vontade do governo do estado com relação ao Magistério.

Essa é uma construção difícil, porque envolve muitos recursos, mas o governo de Santa Catarina tem buscado fazer a sua parte. O Magistério de Santa Catarina muito nos orgulha pelos índices que a nossa Educação tem em nível estadual.

Neste projeto estamos aprovando uma gratificação para o quadro efetivo de analista técnico em gestão educacional.

No futuro será preciso olhar para outras categorias técnicas de apoio, mas é preciso reconhecer o esforço do governo, da Assembleia Legislativa, em todo o processo de renegociação do piso e agora do início da descompactação da tabela do Magistério estadual.

É preciso reconhecer isso e quero aqui agradecer a todos os deputados pela boa vontade, pelo apoio e pela participação na construção desse processo, reconhecendo o merecimento de todos os professores de Santa Catarina que estão na ativa e também daqueles que já se encontram aposentados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, para declaração de voto, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para declaração de voto, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores discutiu muito esse tema, pois estamos realmente preocupados com essa matéria. Infelizmente, o projeto não contempla o desejo da categoria, principalmente dos professores que têm titulação, que estudaram, fizeram mestrado, doutorado, e no final da carreira, depois de trinta anos de sala de aula, chegam à situação que o governo do estado mandou para cá.

Mas entendendo o apelo dos representantes da categoria, que é o sindicato, a bancada do Partido dos Trabalhadores deliberou para deixar a bancada à vontade na sua votação. O meu voto é sim, sabendo que isso vai acabar com a carreira do magistério de Santa Catarina, mas entendendo que é um desejo da representação da categoria.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Sr. presidente, levando em conta que precisamos fazer a votação em segundo turno da matéria, hoje, consultamos sobre a possibilidade de v.exa. encerrar a sessão e fazer uma sessão extraordinária para a votação em segundo turno e nela continuarmos a discussão para ganharmos tempo, até porque alguns deputados querem participar do velório do pai do deputado Edison Andrino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Será atendido o seu pedido, sr. ex-presidente!

Em votação.

Os srs. deputados que votarem “sim” aprovam o projeto e os que votarem “não” rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
DEPUTADO CARLOS CHIODINI
DEPUTADO CIRO ROZA
DEPUTADO DADO CHEREM sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT
DEPUTADO DIRCEU DRESCH
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI
DEPUTADO EDISON ANDRINO
DEPUTADO GELSON MERISIO sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim
DEPUTADO JAILSON LIMA sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN
DEPUTADO JOARES PONTICELLI
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI abstenção
DEPUTADO MANOEL MOTA
DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
DEPUTADO NEODI SARETTA sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES
DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK
DEPUTADO VALMIR COMIN
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI sim

Está encerrada a votação.

Votaram 25 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim" e uma abstenção.

Está aprovado em primeiro turno.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 15h42.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 010-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Narcizo Parisotto, por um período de vinte dias, a contar de 20 de março do corrente ano, para tratamento de saúde.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 20 de março de 2013

Deputado Joares Ponticelli
Presidente

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com amparo no art. 65, inciso VI, alínea "I" do Regimento Interno e na Resolução nº 005/2005, no uso de suas atribuições

CONSTITUI Frente Parlamentar de Destinação da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos Arrecadados pelo Estado, integrada pelos Senhores Deputados Neodi Saretta, Ana Paula Lima, José Milton Scheffer, Maurício Eskudlark e Volnei Morastoni, com o objetivo de apoiar, incentivar e assistir projetos de aplicação dos recursos da compensação financeira arrecadados pelo Estado nas áreas de desenvolvimento do turismo e da preservação do meio ambiente.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 26 de março de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI**
Presidente

*** X X X ***

ATOS DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 007-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Manoel Mota para ausentar-se do País, no período de 9 a 13 de abril do corrente ano, a fim de viajar à Itália, com o objetivo de definir com a Empresa Cimolai, o calendário de implantação de uma unidade em Santa Catarina.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 27 de março de 2013

Deputado JOARES PONTICELLI - Presidente
Deputado Nilson Gonçalves - 2º Secretário
Deputado Manoel Mota - 3º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 008-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Antonio Aguiar para ausentar-se do País, no período de 27 de março a 1º de abril do corrente ano, a fim de viajar ao Chile, em caráter particular.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 27 de março de 2013.

Deputado JOARES PONTICELLI - Presidente
Deputado Nilson Gonçalves - 2º Secretário
Deputado Manoel Mota - 3º Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 157, de 27 de março de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0233/2013.

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005..*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, a servidora **CLARICE GOMES DE FARIA**, matrícula nº 2050, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 01 de abril de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 158, de 27 de março de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JAILTON DIAS DA CUNHA**, matrícula nº 1218, do cargo de Assessor de Acompanhamento Orçamentário-Financeiro, código PL/DAS-5, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 26 de março de 2013 (DF - Diretoria Financeira).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 159, de 27 de março de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.*

DESIGNAR o servidor **JAILTON DIAS DA CUNHA**, matrícula nº 1218, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Tesouraria, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 26 de março de 2013 (DF - Coordenadoria de Tesouraria).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 160, de 27 de março de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **JERUSA CORREA BUZZI FONTES**, matrícula nº 6248, do cargo de Coordenador de Suporte e Manutenção, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 26 de março de 2013 (DTI - Coordenadoria de Suporte e Manutenção).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 161, de 27 de março de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

NOMEAR JERUSA CORREA BUZZI FONTES, matrícula nº 6248, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Acompanhamento Orçamentário-Financeiro, código PL/DAS-5, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 26 de março de 2013 (DF - Diretoria Financeira).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 162, de 27 de março de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.*

DESIGNAR o servidor **ANTONIO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1626, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Controle e Distribuição de Correspondência, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2013 (DA - Coordenadoria de Serviços Gerais).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 163, de 27 de março de 2013

Constitui Comissão Especial de assessoramento à Comissão Mista de Certificação de Responsabilidade Social - art. 5º da Lei nº 12.918, de 2004.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial de assessoramento à Comissão Mista de Certificação de Responsabilidade Social - art. 5º da Lei nº 12.918, de 2004, vinculado e subordinado à Chefia de Gabinete da Presidência.

Art. 2º A Comissão será composta pelos servidores: **MARIA LUIZA DA SILVA DALBOSCO**, matrícula nº 1572, Técnico Legislativo, que a presidirá; **ANA JULIA BIESDORF THIESEN**, matrícula nº 7187; Técnico Legislativo, **AUGUSTO CESAR FERREIRA**, matrícula nº 6330, Técnico Legislativo; **LUCIANO DE CARVALHO OLIVEIRA**, matrícula nº 1149, Técnico Legislativo; **IVONE DE FÁTIMA BONOMINI DE LUNA**, matrícula nº 1705, Analista Legislativo; **LUCILA DEMENECK ANTUNES**, matrícula nº 1891, Técnico Legislativo; **MARISE ORTIGA ROSA**, matrícula nº 1390, Analista Legislativo; **WELLINGTON JOSE ZOMKOWSKI**, matrícula nº 2172, Analista Legislativo; **ELISANGELA WEIGEL SCHAPPO**, Analista Técnico em Gestão e Promoção da Saúde, servidora do Poder Executivo à disposição nesta Assembleia Legislativa.

Art. 3º Revoga-se o Ato da Mesa nº 92, de 06 de março de 2012.

Art. 4º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 164, de 27 de março de 2013

Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo nos incisos XVIII e XIX e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulado parcialmente na importância de R$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais), nas atividades abaixo discriminadas, os seguintes elementos de despesa:

01000	**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO**		
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	01.122.0920.0416.1144		
Elemento/Fonte	339036 - 100	R$	1.300.000,00
Elemento/Fonte	339046 - 100	R$	700.000,00
Sub-Total		**R$**	**2.000.000,00**
Atividade	01.031.0925.0229.1155		
Elemento/Fonte	339039 - 261	R$	400.000,00
Sub-Total		**R$**	**400.000,00**
Atividade	01.122.0920.0704.1138		
Elemento/Fonte	319011 - 100	R$	3.000.000,00
Sub-Total		**R$**	**3.000.000,00**
Total		**R$**	**5.400.000,00**

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementados nas atividades abaixo discriminadas, os seguintes elementos de despesa:.

01000	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	01.122.0920.0416.1144		
Elemento/Fonte	339092 - 100	R$	2.000.000,00
Sub-Total		**R$**	**2.000.000,00**
Atividade	01.031.0925.0229.1155		

Elemento/Fonte	339036 - 261	R$	400.000,00
Sub-Total		**R$**	**400.000,00**
Atividade	01.122.0920.0704.1138		
Elemento/Fonte	319192 - 100	R$	1.000.000,00
Elemento/Fonte	319196 - 100	R$	2.000.000,00
Sub-Total		**R$**	**3.000.000,00**
	Total	**R$**	**5.400.000,00**

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 165, de 27 de março de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, atendendo o disposto no art. 21, parágrafo único e art. 23 da Resolução nº 002, de 1º de fevereiro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Posicionar a servidora **LIGIA DE OLIVEIRA STOETERAU**, matrícula nº 1098 ocupantes do cargo de Analista Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Superior, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, código PL/ALE-64 no nível subsequente mais elevado, na sua classe de cargo.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 18 de março de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 166, de 27 de março de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0379/2013,

RESOLVE: *com fundamento no §1º, inciso III, alínea "a" e §19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988.*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **DORLI FELIPPI**, matrícula nº 1365, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, a contar de 22 de fevereiro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 167, de 27 de março de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0423/2013,

RESOLVE: *com fundamento no § 5º, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **ANA MARIA MAIA RAMOS**, matrícula nº 1606, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, a contar de 10 de março de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 168, de 27 de março de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0239/2013,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR ao servidor **PEDRO SQUIZATTO FERNANDES**, matrícula nº 6315, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 27 de fevereiro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 169, de 27 de março de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0332/2013,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ATRIBUIR a servidora **MARIVANIA PIZZI**, matrícula nº 6307, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 28 de fevereiro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 170, de 27 de março de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2512/2012,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011.*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **SANDRA MARA COELHO**, matrícula nº 1749, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor equivalente a Gratificação de Exercício, código PL/FC-6 do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior mediante substituição de 5% (cinco por cento) dos percentuais conquistados anteriormente pela Resolução nº 721/91, de 09 de abril de 1991 mantendo incólumes os demais percentuais adquiridos, com eficácia financeira a contar de 26 de março de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 171, de 27 de março de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2779/2012,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **CARLA GRECO GRANATO**, matrícula nº 4349, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 10% (dez por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, com eficácia financeira a contar do Ato de

dispensa da Função de Confiança. Por ser ocupante da Função de Confiança Chefia de Seção - Organização de Roteiros para Revisão, código PL/FC-3, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 172, de 27 de março de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1666/2011,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **ANITA MARIA CARDOSO VIEIRA**, matrícula nº 1889, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 1,67% (um vírgula sessenta e sete por cento) da diferença do valor do vencimento de seu cargo efetivo e o vencimento do cargo em comissão de coordenador, código PL/DAS-6; 1,67% (um vírgula sessenta e sete por cento) no valor equivalente à FC-6 como gratificação de exercício, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior; e 36,66% (trinta e seis vírgula sessenta e seis por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3 do grupo de atividades de função de confiança, mantendo incólume o percentual de 60%(sessenta por cento) adquirido pela Resolução nº 1741/1991, de 18/09/1991, totalizando 100%(cem por cento), com eficácia financeira a contar da dispensa da função de confiança. Por ser ocupante da Função de Confiança Chefia de Seção - Serviços de Referência, código PL/FC-3, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 173, de 27 de março de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0353/2013.

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005..*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, a servidora **NOELI TEREZINHA LIVI**, matrícula nº 0961, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 01 de abril de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 174, de 27 de março de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0195/2013.

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005..*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, a servidora **GEIZA CELIA GONÇALVES**, matrícula nº 0886, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 01 de abril de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 175, de 27 de março de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0295/2013

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005 c/c o art. 7º da EC nº 41/2003, explicitando o cumprimento da decisão nos autos do processo nº 0804174-87.2012.8.24.0023.*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **VICENTE PACHECO OLIVEIRA**, matrícula nº 1173, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 01 de abril de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia 06 de março do ano de dois mil e treze, reuniram-se na sala zero um de reuniões das comissões técnicas da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina os Senhores Deputados:Moacir Sopelsa; José Milton Scheffer; Mauro de Nadal; Dirceu Dresch, Adilor Guglielmi e José Nei Alberton Ascari, para instalação e eleição do Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Moacir Sopelsa o qual, em obediência ao Regimento Interno, solicitou aos membros candidatos a Presidente que fizessem suas inscrições visando concorrer ao cargo. Foi apresentada uma chapa com o nome do Senhor Deputado Moacir Sopelsa para eleição a Presidente**.** Prosseguiu-se a chamada nominal e exerceu o direito de voto todos os membros presentes, tendo sido eleito o Senhor Deputado Moacir Sopelsa para o cargo de Presidente**.** A posse do mesmo deu-se em seguida a eleição. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira Chefe de Secretária lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais membros. Florianópolis, 06 de março dois mil e treze.

Deputado Moacir Sopelsa - Presidente
Deputado José Milton Scheffer
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Narcizo Parisotto
Deputado Adilor Guglielmi
Deputado José Nei Alberton Ascari
Deputado Mauro de Nadal

*** X X X ***

ATA DE ELEIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às dezessete horas do dia 20 de março do ano de dois mil e treze, reuniram-se na sala 01 de reuniões das comissões técnicas da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina os Senhores Deputados: Moacir Sopelsa Presidente, José Milton Scheffer; Mauro de Nadal e José Nei Alberton Ascari, para eleição do Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Moacir Sopelsa que fez leitura da justificativa da ausência do Deputado Adilor Guglielmi que viajou para o Sul em reunião com o Prefeito de Balneário Rincão. lO qual, em obediência ao Regimento Interno, solicitou aos membros candidatos a Vice-Presidente que fizessem suas inscrições visando concorrer ao cargo. Foi apresentada uma chapa com o nome do Senhor Deputado José Milton Scheffer**.** Prosseguiu-se a chamada nominal e exerceu o direito de voto todos os membros presentes, tendo sido eleito o Senhor Deputado José Milton Scheffer para o cargo de Vice-Presidente**.** A posse do mesmo deu-se em seguida a eleição. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira Chefe de Secretária lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais membros. Florianópolis, 20 de março dois mil e treze.

Deputado Moacir Sopelsa - Presidente
Deputado José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Narcizo Parisotto
Deputado Adilor Guglielmi
Deputado José Nei Alberton Ascari
Deputado Mauro de Nadal

*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia dezenove de março do ano de dois mil e treze, sob a presidência do Deputado Marcos Vieira, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Primeira Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à Terceira Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Marcos Vieira; Angela Albino; Reno Caramori - substituindo o Deputado Silvio Dreveck; Dirce Hiderscheidt - substituindo o Deputado Aldo Schneider; Antônio Aguiar - substituindo o Deputado Mauro de Nadal; Luciane Carminatti - substituindo o Deputado Dirceu Dresch; Deputado Darci de Matos - substituindo o Deputado Ciro Roza. Em seguida passou à leitura dos Ofícios nºs TC/GAP/SEG 341/13, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, referente à decisão nº 6188/2012, do Tribunal Pleno - sobre a auditoria ordinária na SC-Gás para esclarecer aspectos relevantes e Ofício EM 388/2012, da Câmara Municipal de Xanxerê, de autoria do Vereador Paulo Sérgio Boita, contendo moção de apelo à FATMA, para que seu quadro técnico seja ampliado e as demandas reprimidas atendidas na velocidade que os cidadãos necessitam. Solicitou à assessoria da Comissão que encaminhasse cópia aos membros da Comissão. Passou à discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 0001.8/2013, de autoria do Ministério Público, que reajusta o subsídio dos membros do Ministério Público de Santa Catarina. Relator Deputado Marcos Vieira. Aprovado por unanimidade. Colocou em discussão e votação requerimento de autoria da Deputada Luciane Carminatti, solicitando a realização de três audiências públicas regionais, nos Municípios de Chapecó, Palmitos e Xanxerê, para promover o debate sobre "a atual situação de abastecimento de energia pela Celesc e seu plano de investimento para garantir o abastecimento", em data e local a combinar entre as assessorias do Gabinete e da Comissão e Trabalho. A Deputada Luciane Carminatti colocou que a região Oeste catarinense constantemente tem problema com a queda de energia e de capacidade de armazenamento e distribuição de energia elétrica. O Senhor Deputado Antonio Aguiar, solicitou vista em gabinete. Discussão e votação do PLC 0004.0/13, de autoria do Governador do Estado, que modifica o valor de vencimento dos membros do Magistério Público Estadual - ativos e inativos - e estabelece outras providências. Relator Deputado Marcos Vieira. Aprovado por unanimidade, com emenda modificativa, obtendo voto de abstenção da Deputada Luciane Carminatti. A Deputada Angela Albino registrou a sua discordância ao projeto, mas coloca a necessidade que a categoria tem hoje desse pequeno reajuste para fazer frente às suas necessidades, mas que o projeto não atende ao que foi negociado com a categoria e nem as diretrizes do piso nacional do Magistério. O Deputado Darci de Matos colocou que o projeto demonstra um gesto importante do Secretário da Educação e do Governador do Estado, no sentido de melhorar o salário dos servidores da Educação, apesar de o Estado estar perdendo receita. Foram seiscentos milhões com a Resolução nº 13 e perderá com a Resolução nº 01, que vai equalizar o ICMS interestadual em 4%, perdendo assim dois bilhões/ano. Apesar dessas dificuldades - de queda de arrecadação - o Governador Raimundo Colombo tem feito o possível para manter os serviços essenciais, sobretudo para valorizar os servidores da Educação - os valiosos professores. O Deputado Dado Cherem colocou que o aumento não é o ideal por tudo que representa a educação na vida de todos. Salientou que o projeto em questão é importante, mas não cem por cento contemplativo. Externou sua preocupação com os Estados brasileiros em geral, com a concentração do poder e dos recursos do País pela União, dizendo que faz parte da cultura e do vício brasileiro concentrar renda em Brasília. Disse ainda que vários Prefeitos da sua região estavam indo de caravana a Brasília, para solicitar a construção de pontes e de escolas. A Deputada Luciane Carminatti, mencionou que na Comissão de Finanças colocou o distanciamento que existe entre os níveis na carreira do Magistério. Disse que o Governo não tem como persistir na tese de que não há recursos, já que o Estado teve um incremento do FUNDEB - de 2010 a 2012 - de trezentos milhões de reais, e se forem considerados os últimos dez anos, a receita da educação foi a que mais cresceu. Disse que esteve em Brasília no final de janeiro e que a Presidenta afirmou que tem que sair dos royalties do petróleo. Portanto o debate de que precisamos construir neste País um Fundo Nacional de Educação com uma fonte finita (já que o petróleo é uma energia não renovável) seria o caminho. Disse que o seu voto é pela abstenção porque não está satisfeita com esse projeto - nem como professora, nem como Deputada, até porque o prazo de pagamento é até 2015, mas também não é contra - dada a miséria que é grande para os professores. O Deputado Dirceu Dresch colocou que o Estado tem que valorizar os profissionais da Educação porque estão se afastando por falta dessa valorização. Colocou também que não tem dúvida de que parte dos recursos dos royalties para os Estados tem que vir para a educação. Registrou que tem que haver uma luta pelo financiamento da educação, mas que isso não pode parar o processo de investimento na qualificação dos educadores. O Presidente da Comissão também salientou que concorda que a maior parte do que se arrecada no País fica concentrada em Brasília, sendo um modelo implantando no País ao longo desses anos, advindo da Constituição de 1988, e que apesar de o nosso Estado ser um dos mais desenvolvidos é talvez o mais prejudicado com esse modelo, pelo fato de termos 295 Municípios e desses somente 5 com população acima de 200 mil habitantes e 192 Municípios com menos de 50 mil habitantes - que dependem fundamentalmente do Fundo de Participação dos Municípios, sendo necessário e urgente o novo pacto federativo do Brasil, pois estamos chegando ao ponto de os Governadores se reunirem em Brasília para pedir ao Congresso Nacional a elaboração de uma lei no sentido de proibir a transferência de encargos financeiros a Estados e Municípios. O Presidente colocou em discussão e votação os Projetos de Lei nºs 0047.5/12, que estabelece nova designação a ser adotada pelas autoridades públicas para a droga "crack", Relatora Deputada Angela Albino. Aprovado por unanimidade, com emenda substitutiva global; 0172.9/12, que altera o art. 32-A, da Lei nº 10.609, de 1997 - que dispõe sobre a atividade de despachante de trânsito e estabelece outras providências. Relatora Deputada Angela Albino, solicitando diligenciamento. Pedido de vista em gabinete, dos Deputados Darci de Matos e Antônio Aguiar; 0174.0/12, que determina que o Poder Público Estadual afixe cartazes com os deveres e proibições dos funcionários públicos, ao lado dos cartazes que contêm os seus direitos. Relatora Deputada Angela Albino. Aprovado por unanimidade - com emenda modificativa; 0270.0/11, que cria o Programa Pró-Egresso. Relator Deputado Jorge Teixeira. Pedido de vista da Deputada Angela Albino, pelo fato de existir outra matéria de sua autoria com mesmo teor, tendo assim que ser apensados os processos; 0306.5/12, que institui o Dia Estadual da Eubiose no Estado de Santa Catarina. Relator Deputado Jorge Teixeira. Aprovado por unanimidade; 0390.6/12, que declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Garuva. Relator Deputado Jorge Teixeira. Aprovado por unanimidade. Antes de encerrar os trabalhos o senhor Presidente convocou os senhores Deputados, nos termos regimentais, para a próxima Reunião Ordinária da Comissão - em dia e hora regimentais. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013

Deputado Marcos Vieira
Presidente

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 019/2013

REFERENTE: 01º Termo Aditivo de 10/12/2012, referente ao Convênio CL nº 003/2008-00, celebrado em 23/07/2008.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Faculdades Integradas- Assesc

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do contrato compreendido entre 01/01/2013 e 22/06/2013.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 116 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Autorização administrativa.

Florianópolis, 26 de março de 2013.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Cristina Silveira Ulysséa Santos - Diretora

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 021/13

Of. nº 012/2013 Palmitos, 14 de março de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Escola Especial Profª. Célia M. S. Lucca**, de Palmitos, referente ao exercício de 2012.

Mauro Daenecke
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 022/13

Ofício 01/2013 Garuva, 08 de março de 2013.
Encaminha a documentação para a solicitar a alteração da Lei 10.873/98, em virtude da alteração da razão social da **APAM - Associação de Pais e Amigos da Criança e Adolescente**, de Garuva, referente ao exercício de 2012.

Ernani Gomes Guimarães
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 023/13

Ofício 02/2013 Garuva, 20 de março de 2013.
Encaminha a documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **APAM - Associação de Pais e Amigos da Criança e Adolescente**, de Garuva, referente ao exercício de 2012.

Ernani Gomes Guimarães
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 024/13

Ofício nº 04/2013 Jacinto Machado, 20 de março de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**, de Jacinto Machado, referente ao exercício de 2012.

Maria Teresinha Marcon Zanata
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 025/13

Dona Emma, 14 de março de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **ACACEFAX - Associação Cultural Amigos da Casa Enxaimel Família AX**, de Dona Emma, referente ao exercício de 2012.

Niraci Chiminelli
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/13

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 841, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **DARWIN DE ASSIS BRITO**, matrícula nº 6703, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Angela Albino).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 842, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR DARWIN DE ASSIS BRITO, matrícula nº 6703, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Angela Albino - São José).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 843, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **SILVIA BÚRIGO TOMELIN**, matrícula nº 6853, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 844, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ZELI ESTEVAM TRAMONTIN**, matrícula nº 4585, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 845, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ZELI ESTEVAM TRAMONTIN, matrícula nº 4585, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Valmir Francisco Comin - Palhoça).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 846, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ROBERTO BOHNENBERGER**, matrícula nº 4819, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-71, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (MD - 2ª Vice-Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 847, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LUIZ MARCELO CAMARGO**, matrícula nº 3891, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Liderança do PDT).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 848, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **DIEGO ROSA CORREIA**, matrícula nº 6779, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-85, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 849, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR DIEGO ROSA CORREIA, matrícula nº 6779, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 850, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MARIO CARLOS GOULART**, matrícula nº 2776, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-76, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 851, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MARIO CARLOS GOULART, matrícula nº 2776, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 852, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **TAMARA MOURA**, matrícula nº 6596, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 853, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR TAMARA MOURA, matrícula nº 6596, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti - Chapecó).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 854, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ROSANGELA BRIGIDA PASQUETTI GARBIN**, matrícula nº 7056, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 855, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ROSANGELA BRIGIDA PASQUETTI GARBIN, matrícula nº 7056, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti - Chapecó).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 856, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **SUZANA MARCHEZINI BOLSONI**, matrícula nº 6611, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 857, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR SUZANA MARCHEZINI BOLSONI, matrícula nº 6611, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti - Chapecó).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 858, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **CLAUDIA FÁTIMA DAL PIZZOL**, matrícula nº 7097, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-10, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 859, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CLAUDIA FÁTIMA DAL PIZZOL, matrícula nº 7097, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti - Chapecó).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 860, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JOSE ZANOLLI**, matrícula nº 3278, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 861, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JOSE ZANOLLI, matrícula nº 3278, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari - Criciúma).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 862, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JOELCI TISCOSKI**, matrícula nº 4666, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 863, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JOELCI TISCOSKI, matrícula nº 4666, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 864, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JOELCIO RIBEIRO DOS SANTOS**, matrícula nº 6063, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Luiz Eduardo Cherem).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 865, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **GUSTAVO DZIS GIACOMINI**, matrícula nº 6306, na DL - Coordenadoria de Apoio ao Plenário, a contar de 1º de abril de 2013.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 866, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MARCELO GONZAGA DE SAMPAIO**, matrícula nº 6955, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-16, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 867, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LUIS CARLOS DUNCKE para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-73, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt - Palhoça).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 868, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MARCOS VINÍCIOS DA SILVEIRA**, matrícula nº 6687, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Ciro Marcial Roza).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 869, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ADRIANA VIEIRA BRIGIDO**, matrícula nº 5598, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Mauro de Nadal).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 870, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **JULIANA ARAUJO DE CARVALHO**, matrícula nº 7044, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Jorge Teixeira).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 871, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR SERGIO DE ANDRADE para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jorge Teixeira - Correia Pinto).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 872, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **OSNI NARDELLI**, matrícula nº 7168, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Sargento Amauri Soares).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 873, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR IVANDIR SEBASTIÃO PESSOA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Sargento Amauri Soares - Lages).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 874, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VERA ROSANA ROCHA SPILERE para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-17, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari - Nova Veneza).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 875, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR SERGIO LUIZ AOSANI para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-46, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - 2ª Vice-Presidência - Maravilha).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 876, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **JULIANA SCHAPPO FERMINO**, matrícula nº 6810, na DF - Coordenadoria de Execução Orçamentária, a contar de 26 de março de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 877, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **SORAYA FINCO FARIA**, matrícula nº 2089, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção - Psicologia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, WALMA CORREA SANTA RITTA, que se encontra em licença para tratamento de saúde, a contar de 10 de fevereiro de 2013 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência). Neste período, sustar o pagamento do benefício concedido pelo Ato da Mesa nº 455/2011, de 12 de dezembro de 2011 de acordo com o § 1º da Res. nº 009/2011.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 878, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
4991	Araci Francisca da Silva	25/01/08	24/01/13	0424/2013
1722	Diógenes Domingos Grigolo	09/03/08	08/03/13	0425/2013
1729	Marcos Graff Cesar	08/03/08	07/03/13	0426/2013
1507	Eduardo Rocha	03/03/08	02/03/13	0427/2013
1332	Helio Estefano Becker Filho	03/03/08	02/03/13	0428/2013
1237	Álvaro Pacheco de Souza	03/03/08	02/03/13	0429/2013
0843	Manoel Renato Back	03/03/08	02/03/13	0430/2013
1580	Rosevalda Correia	08/01/08	07/01/13	0431/2013
1584	Vera Mattos	23/02/08	22/02/13	0432/2013
1705	Ivone de Fátima Bonomini de Luna	09/02/08	08/02/13	0433/2013
1095	Nilzete Althoff Bolan Borges	04/02/08	03/02/13	0434/2013
2198	Samir Machado	18/01/08	17/01/13	0435/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 879, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Sergio Francisco Ambrosi	1986	3%	36%	05/02/13	0204/2013

Valmir Rosa Correa	3733	3%	12%	18/02/13	0393/2013
Wagner Fregulha	5353	3%	6%	01/02/13	0394/2013
Ilze Terezinha de Mello Moreira	5490	3%	6%	01/03/13	0448/2013
Claudio Gadotti	5427	3%	6%	01/03/13	0449/2013
Marcos Graff Cesar	1729	3%	36%	07/03/13	0450/2013
Álvaro Pacheco de Souza	1237	3%	36%	01/03/13	0451/2013
Mari Angela Pauli Custódio	1592	3%	36%	02/03/13	0452/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 880, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **GUILHERME MONDARDO JUNIOR**, matrícula nº 4835, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Altair Guidi).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 881, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **FERNANDO HENRIQUE DE BONA SANTIAGO**, matrícula nº 6643, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (DL - CC - Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do MERCOSUL).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 882, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR GUILHERME MONDARDO JUNIOR, matrícula nº 4835, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (DL - CC - Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do MERCOSUL).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 883, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **EVERSON BARBOSA MARTINS**, matrícula nº 6615, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 884, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR EVERSON BARBOSA MARTINS, matrícula nº 6615, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari - Tubarão).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 885, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR WADSON CORREA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Valmir Francisco Comin - Tubarão).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 886, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ADRIANA VIEIRA BRIGIDO, matrícula nº 5598, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (DL - CC - Comissão de Constituição e Justiça).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 887, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MOACIR CESAR SOUZA**, matrícula nº 6604, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Carlos Chiodini).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 888, de 27 de março de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CELSO MAURO BEVILACQUA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Mauro de Nadal).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 889, de 27 de março de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR o servidor **JAIR JOSÉ DIAS**, matrícula nº 0449, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia de Seção de Controle de Manutenção do Banco de Dados da Legislação, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, ADÉLIA FERRARI CARDOSO, que se encontra em licença para tratamento de saúde por 90 dias, a contar de 01 de fevereiro de 2013 (DL - Coordenadoria de Documentação).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 890, de 27 de março de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **LISE HELENA VAUCHER PAIM**, matrícula nº 7180, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria técnica-administrativa - Pesquisa e Consolidação, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JAIR JOSÉ DIAS, que se encontra substituindo a Chefe da Seção de Controle de Manutenção do Banco de Dados da Legislação por 90 dias, a contar de 01 de fevereiro de 2013 (DL - Coordenadoria de Documentação).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 891, de 27 de março de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **JAILTON DIAS DA CUNHA**, matrícula nº 1218, na DF - Coordenadoria de Tesouraria, a contar de 26 de março de 2013.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 892, de 27 de março de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63,* caput, *da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1642	JOAO JOAQUIM OLIVEIRA	90	01/03/13	0534/2013
0961	NOELI TEREZINHA LIVI	30	06/03/13	0536/2013
1487	STELA MARIS MARTINS DA SILVA	90	04/03/13	0537/2013
2189	JORGE ROBERTO KRIEGER	07	05/03/13	0538/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 893, de 27 de março de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **DALVANIA PEREIRA CARDOSO**, matrícula nº 3498, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 894, de 27 de março de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2106	ANA MARIA BAGGIO DA SILVA	15	04/03/13	0531/2013
2066	ANA MARIA DE QUEIROZ GARCIA	15	06/03/13	0532/2013
4346	ELIANA BARCELOS	30	05/03/13	0533/2013
0873	JOAO PACHECO DOS REIS	90	21/03/13	0535/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 895, de 27 de março de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **FERNANDO DA VEIGA**, matrícula nº 6358, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Ana Paula Lima).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 896, de 27 de março de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CARLOS EDUARDO ZAMPARETTI DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari - Tubarão).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 897, de 27 de março de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **GUSTAVO CARRER JOCHEN**, matrícula nº 7127, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Adilor Guglielmi).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 898, de 27 de março de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR FERNANDO HENRIQUE DE BONA SANTIAGO, matrícula nº 6643, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Adilor Guglielmi).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 899, de 27 de março de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR RUI ZALDIR HUBNER para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ciro Marcial Roza - Maravilha).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 900, de 27 de março de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.*

DESIGNAR a servidora **MARLISE KUPAS SOARES**, matrícula nº 1920, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente de Almoxarifado, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JOSÉ CARLOS BRESCIANI, que se encontra em fruição de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 04 de março de 2013 (DA/CRM - Gerência de Almoxarifado).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 901, de 27 de março de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MARIA IONE FIDENCIO ZILIOTTO**, matrícula nº 7046, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 902, de 27 de março de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **NELSON JOSE DA SILVA**, matrícula nº 6508, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 903, de 27 de março de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **MARI ANGELA PAULI CUSTÓDIO**, matrícula nº 1592, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente de Redação, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, MARLISE FURTADO ARRUDA RAMOS BURGER, que se encontra substituindo a Coordenadora de Expediente por 180 dias, a contar de 1º de fevereiro de 2013 (DL/CE - Gerência de Redação).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 904, de 27 de março de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **JANAINA MELLA**, matrícula nº 7178, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria técnica-administrativa - Elaboração da Ordem do Dia, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, MARI ANGELA PAULI CUSTÓDIO, que se encontra substituindo a Gerente de Redação, a contar de 1º de fevereiro de 2013 (DL - Coordenadoria de Expediente).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 905, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ROMEU PORTO DAROS**, matrícula nº 2316, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (MD - 2ª Vice-Presidência).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 906, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ROMEU PORTO DAROS, matrícula nº 2316, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-68, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (MD - 2ª Vice-Presidência).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 907, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR NELSON JOSE DA SILVA, matrícula nº 6508, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-41, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (MD - 2ª Vice-Presidência - Florianópolis).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 908, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JOAO OTAVIANO RAMOS**, matrícula nº 3295, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-80, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 909, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR APARECIDA DE FATIMA CAPSTRANO GARLINI para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Joares Ponticelli - Rio do Campo).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 910, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JOSÉ RODOLFO CAMARGO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Padre Pedro Baldissera - Lages).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 911, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VOLMAR ISATON para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Padre Pedro Baldissera - Passos Maia).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 912, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **BRUNO NORONHA BERGONSE**, matrícula nº 6766, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Narcizo Parisotto).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 913, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR BRUNO NORONHA BERGONSE, matrícula nº 6766, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Narcizo Parisotto - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 914, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **FERNANDO COELHO CORREIA**, matrícula nº 5679, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 915, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **FAGNER ALEX CONTEZINI**, matrícula nº 7076, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Serafim Venzon).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 916, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **GLADIS ZANETTE BOAROLI**, matrícula nº 5792, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Altair Guidi).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 917, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR GLADIS ZANETTE BOAROLI, matrícula nº 5792, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Altair Guidi - Içara).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 918, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **LUISA KOCH VIRGINIO**, matrícula nº 5716, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Altair Guidi).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 919, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ANTÔNIO DERLI RODRIGUES DA COSTA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Altair Guidi - Romelândia).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 920, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR FLÁVIO DA SILVA ALVES para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Altair Guidi - Tubarão).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 921, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR SAULO WEISS para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt - Anitápolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 922, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **VALMIR ROSA CORREIA**, matrícula nº 3733, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 923, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MATEUS KRAHL, matrícula nº 7266, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-76, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Gelson Merisio).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 924, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **GREICI SOUZA**, matrícula nº 4295, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-71, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 925, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ELIAS SOUZA**, matrícula nº 9190, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 926, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JOEL TOLEDO DOS SANTOS JUNIOR**, matrícula nº 6649, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Gilmar Knaesel).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 927, de 27 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR IVANA ROMAN para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gilmar Knaesel - Campo Erê).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 0001.0/2013

Modifica o inciso VI do art. 173 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O inciso VI do art. 173 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 173 (...)

(...)

VI - Concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais estaduais, municipais e privadas, em especial à Academia Catarinense de Letras, à Academia Catarinense de Letras e Artes, ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e à Orquestra Sinfônica de Santa Catarina - OSSCA.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Carlos Chiodini
Deputado Reno Caramori
Deputado Kennedy Nunes
Deputada Luciane Carminatti
Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Jorge Teixeira
Deputado Ismael dos Santos
Deputado Volnei Morastoni
Deputado Manoel Mota
Deputado Antônio Aguiar
Deputado Aldo Scnheider
Deputado Mauro de Nadal
Deputado Moacir Sopelsa
Deputada Angela Albino
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Serafim Venzon
Deputado Romildo Titon
Deputado Marcos Vieira
Deputado José Nei Alberton Ascari

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/13

JUSTIFICATIVA

A presente Proposta de Emenda à Constituição do Estado de Santa Catarina tem o condão de alterar a redação do inciso VI do art. 173, inserindo a previsão de apoio administrativo, técnico e financeiro também à Orquestra Sinfônica de Santa Catarina - OSSCA. Ressalta-se a importância do dispositivo em comento para o incremento e difusão da entidade cultural, que têm relevante destaque à sociedade catarinense.

Ademais, a previsão de destaque da Orquestra Sinfônica de Santa Catarina - OSSCA - apresenta-se em razão de que esta tem semelhantes condições daquelas já mencionadas pelo inciso em tela, em atividades e representatividade, sendo reconhecida como de utilidade pública pela Lei nº 9.363, de 14 de dezembro de 1993, e declarada integrante do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado de Santa Catarina pela Lei nº 14.788, de 21 de julho de 2009.

Ainda, apresentamos como registro meritório todos os elementos dispostos no trabalho em anexo, o qual acolhemos integralmente na justificativa, destacando-se que a OSSCA, criada em 1993, celebra nesta temporada de 2013, 20 anos de atividades em

prol da implantação e difusão da arte sinfônica em nível local e estadual.

Nesse sentido, em sintonia com a aspiração que se instalou e por se tratar de medida de justiça à entidade que efetivamente contribui para o desenvolvimento da cultura musical do Estado de Santa Catarina e da sociedade catarinense, apresento a presente proposição.

Ante o exposto, e em considerando que a matéria não representa qualquer reflexo pecuniário nos dispêndios do Estado, solicitamos apoio dos demais Pares à aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI N. 066.8/13

Declara de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Integral - IDI, com sede no município de São Bento do Sul/SC.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Integral - IDI4, com sede no município de São Bento do Sul/SC.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Silvio Dreveck

JUSTIFICATIVA

Na forma preconizada pela Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, que "Dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual", as entidades constituídas na forma de pessoas jurídicas de direito privado, com fins não econômicos, que desenvolvam, no âmbito do Estado, atividades de interesse coletivo, poderão ser declaradas de utilidade pública com o fito de usufruir todos os direitos e vantagens legais inerentes à titulação requerida.

Com efeito, o Instituto de Desenvolvimento Integral - IDI, com sede em São Bento do Sul é uma entidade civil sem fins lucrativos, que tem por objetivo desenvolver programas sociais e prestação de serviços através de voluntários, mediante parcerias com outras entidades da iniciativa privada, entidades beneficentes, fundações, universidades e organizações não governamentais (ONGs), federações, organizações internacionais, escolas de ensino da rede municipal e estadual, cooperados, associados, emissoras de radiodifusão e tele transmissão, órgãos governamentais e outras organizações que se definirem como parceiras por seus fins e objetivos.

Diante do exposto, apresento o presente projeto de lei esperando contar com a aprovação dos nobres Parlamentares.

Deputado Silvio Dreveck

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0067.9/2013

Institui a Semana Catarinense do Esporte Educativo, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituída a Semana Catarinense do Esporte Educativo no Estado de Santa Catarina, a ser comemorada, anualmente, na última semana do mês de junho.

Art. 2º A Semana Catarinense do Esporte Educativo tem como objetivo conscientizar os alunos e a sociedade sobre a importância das atividades esportivas, no âmbito escolar, no processo de educação.

Art. 3º Caberá às instituições escolares que participarem da Semana Catarinense do Esporte Educativo o planejamento e a organização do evento, bem como a forma de homenagear os atletas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado José Milton Scheffer

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/13

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências Projeto de Lei tendente a instituir "A Semana Catarinense do Esporte Educativo", que tem como objetivo conscientizar os alunos e a sociedade sobre a importância das atividades esportivas, no âmbito escolar, no processo de educação.

Trata-se de uma demanda vinda dos Estudantes/Parlamentares Jovens da Escola de Educação Básica Santa Cruz do município de Canoinhas, por meio do Programa Parlamento Jovem.

Com efeito, o esporte é uma prática milenar e uma das mais importantes manifestações culturais dos últimos séculos.

Inúmeros documentos provam que as competições já eram praticadas pelas mais antigas civilizações, quando corriam, saltavam, lançavam objetos à distância, caçavam, nadavam e participavam dos rituais religiosos e cultos aos deuses.

Desde meados do século XIX, o esporte tem sido um elemento chave na construção de uma cultura política, fundamentada na questão do que seria a identidade nacional.

A prática esportiva esteve ligada aos exércitos e às guerras, com o compromisso de aprimorar e desenvolver a força física dos soldados, a fim de obter mais vitórias nas batalhas, demonstrando a superioridade de um povo.

Atualmente, o esporte está interligado a diversos outros fatores. O esporte facilita o processo educativo, promove a socialização, a cooperação, participação, o prazer, a espontaneidade, a iniciativa e serve de aprendizado para a vida em sociedade. A prática esportiva possibilita a integração social do indivíduo ao grupo ou ao meio, conhecer suas reais possibilidades e interesses; estimula a criatividade, o autoconhecimento, a independência, a responsabilidade pessoal, convivência com vitórias e derrotas, desenvolve a autoconfiança e promove a integração social e os valores éticos.

Diante disso, apresentamos o desejo de contemplar, no calendário oficial do Estado de Santa Catarina, uma semana dedicada à prática do esporte, nas suas diversas modalidades, nas instituições escolares, homenageando, ainda, os atletas.

Assim, em razão dos argumentos acima explanados, apresentamos o presente projeto de lei, contando, desde logo, com a compreensão e anuência dos nobres Deputados desta Casa Legislativa.

Deputado José Milton Scheffer

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 068.0/13

Dispõe sobre a obrigatoriedade de sinalização de locais inseridos na Zona de Recarga direta do Aquífero Guarani.

Art. 1º Fica obrigado o Estado à sinalização de locais inseridos na Zona de Recarga direta do Aquífero Guarani.

Parágrafo Único: A responsabilidade pela implantação e manutenção da sinalização em Santa Catarina, a que se refere o caput, ficará a cargo do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA, e às concessionárias de rodovias, quando concedidas à iniciativa privada.

Art. 2º A sinalização de que trata o art. 1º desta Lei deverá ser instalada nos limites externos à Zona de Recarga do Aquífero, nas rodovias adjacentes e nas vias de acesso, bem como no local mais evidente da recarga direta, segundo normas internacionais e com os seguintes parâmetros e características:

I - integração ao meio ambiente, de modo a não desfigurar a paisagem e não causar danos de qualquer espécie,

II - imediata visibilidade aos que transitem pelo local, ou que dele se aproximem;

III - identificação, por desenho ou foto, do local de recarga;

IV - inclusão de resumida frase incentivadora de proteção ambiental.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/13

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de sinalização de locais inseridos na Zona de Recarga direta do Aquífero Guarani. Para isto, indica não somente a área específica de recarga de aquífero, mas sobretudo nas regiões adjacentes, e em lugares de grande fluxo de pessoas, como nas rodovias estaduais e nas vias de acesso. A referida sinalização, conforme prevê o texto legal proposto, será identificada por ilustrações e frases que destacam a importância da proteção ambiental, em placas que fiquem integradas ao meio ambiente, de modo a não desfigurar a paisagem e não causar danos de qualquer espécie.

Importante destacar que esta matéria, trazida à consideração de Vossas Excelências, é uma demanda surgida de discussões realizadas pelo Fórum Permanente para a Preservação do Aquífero Guarani e das Águas Superficiais, aprovado nesta Casa Legislativa, na 15ª Sessão Ordinária, em 13/03/2012.

Partindo de uma premissa bastante perseguida em campanhas de caráter ambiental, esta matéria chama à importância de "Conhecer para Preservar". Além do mais, faz desta forma conscientizadora de sinalização, um atrativo de relevante importância turístico-ambiental. O Ecoturismo é um segmento que vem crescendo em todo o planeta, justamente em função da complexa relação

desenvolvimento x preservação. O Ministério do Turismo, em seu marco conceitual, definiu esta atividade responsável pela conservação e busca da "formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações".

A população precisa tomar consciência da importância do Aquífero Guarani, que é o maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo. Ele está localizado na região centro-leste da América do Sul, e ocupa uma área de 1,2 milhões de Km², estendendo-se pelo Brasil (840.000 Km²), Paraguai (58.500 Km²), Uruguai (58.500 Km²) e Argentina (255.000 Km²). Trata-se de um lago subterrâneo de água doce maior do que a área somada da França, da Espanha e da Inglaterra. Sua maior ocorrência se dá em território brasileiro (2/3 da área total), abrangendo os Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, por exemplo, está sobre o aquífero. Mais da metade de Santa Catarina localiza-se sobre este verdadeiro tesouro vital. É aqui em nosso estado onde estão alguns dos principais afloramentos, em que a água se infiltra no aquífero.

Segundo publicação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, "Caracterização das áreas de afloramento do Aquífero Guarani no Brasil: base para uma proposta de gestão sustentável (2006)", a área de afloramento do Aquífero Guarani em Santa Catarina é de 5.984 Km2, compreendendo os municípios da região de Lages, assim como os municípios localizados na região de União da Vitória, nas proximidades da região que divisa com o Paraná, como Lebon Régis e Porto União, se estendendo, pelo sul, até a fronteira com o Rio Grande do Sul. "A porção de recarga nesse estado apresenta uma faixa bastante delgada, tendo em alguns locais menos de 1 km de largura. Em razão da uniformidade de uso agrícola, dominantemente pastagem, como também de outros aspectos ambientais tais como solo, relevo e clima, foi definido apenas um domínio para o estado de Santa Catarina, caracterizado por Médio Planalto Catarinense", mostra o documento da Embrapa.

Diversas instituições governamentais e centros de ensino e pesquisa estudam os riscos de contaminação da água subterrânea do Aquífero Guarani. Alertam os estudiosos para a complexa vulnerabilidade natural em meio à alta exposição de risco de contaminação do lençol freático e dos lençóis profundos.

A academia produziu diversos trabalhos que aprofundaram os estudos sobre as zonas de recarga do aqüífero a partir de vários ângulos, usando, além de práticas de campo, de criteriosa pesquisa documental; análise e elaboração de mapas (incluindo os temáticos digitais), cartas, fotografias aéreas, imagens de satélite; análise do uso do solo; e estudo da legislação.

Somente como exemplo, o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com a orientação do Professor Dr. Daniel José da Silva, chancelou no mestrado as seguintes dissertações, consideradas referência para a temática em tela:

a) "Proposta de Corredor Ecológico para as Zonas de Recarga Direta do Aquífero Guarani no Estado de Santa Catarina" (2007), de Álvaro Praun Júnior, que apresenta o "déficit hídrico" na desigual relação entre a demanda e a reposição de água para os mananciais subterrâneos, e a necessidade da criação de um "Corredor Ecológico" compreendendo as áreas de recarga direta do Aquífero Guarani, cobrindo toda a área exposta em Santa Catarina.

b) "Análise de áreas mais propícias à recarga do Sistema Aquífero Guarani na região hidrográfica do Planalto de Lages (SC): subsídios para a gestão das águas subterrâneas." (2009), de Ronaldo Bento Gonçalves de Almeida, que identificou as "áreas mais propícias à recarga direta do Sistema Aquífero Guarani (SAG) na região hidrográfica do Planalto de Lages" e também subsidiou um modelo de gestão dos recursos hídricos subterrâneos.

c) "Caracterização de relações entre a Serra Geral catarinense e o Aqüífero Guarani como subsídio à gestão da água (2009), de Pablo Ritto Koehler, que identificou "aspectos geológicos e geomorfológicos da Serra Geral e do Aqüífero Guarani e suas relações com a distribuição das Zonas de Recarga Direta.

Enfim, um sistematizado e articulado conjunto de informações científicas, que necessariamente deverá ser consultado pelo órgão competente para a concretização da presente proposta, especialmente como critério de elaboração da mensagem pretendida, e o reconhecimento - e indicação - dos locais onde serão fixadas as placas sinalizadoras.

A proposição, colocada para a análise dos (as) nobres Pares, é matéria legislativa que sinaliza, literalmente, para o despertar de uma consciência ambiental, estimulando a vivência e o conhecimento da natureza e clamando pela proteção urgente e necessária das áreas onde ocorre o importante processo natural de recarga deste reservatório da vida, batizado de Aquífero Guarani.

O presente Projeto de Lei abre a possibilidade de uma ação pedagógica e articuladora em favor de uma proteção cidadã responsável do Aquífero Guarani, a ser realizada pela população residente nas respectivas áreas de recarga, somando-se a lideranças políticas e à comunidade escolar dos municípios envolvidos, bem como aos comitês de bacias respectivos e aos visitantes, turistas ou não. É apenas isto que requer a matéria, por meio de sinalização específica nos locais de interesse ecológico e ambiental, em proteção ao maior bem vital da natureza, e esgotável: a água.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário o apoio dos (as) senhores (as) Parlamentares, para sua efetiva aprovação.

Deputado Padre Pedro Baldissera

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0069.0/2013

Dispõe sobre o reassentamento e/ou indenizações de pequenos agricultores, maricultores e demais moradores ocupantes de terras indígenas existentes no Estado e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Estado de Santa Catarina, nos termos desta Lei, autorizado a efetuar o reassentamento e/ou indenizações de pequenos agricultores, pescadores, maricultores e moradores ocupantes de terras indígenas colonizadas irregularmente pelo Poder Público ou por ato de delegação.

Art. 2º Fica constituída a Comissão Especial de Reconhecimento de Colonização Irregular em Terras Indígenas, para coordenação das ações previstas nesta Lei, com as seguintes atribuições:

I - analisar Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena, elaborado pela Fundação Nacional do Índio - Funai, com vista à definição e caracterização das terras colonizadas irregularmente pelo Estado em áreas indígenas; e

II - realizar estudos de mapeamento e levantamento fundiário das áreas ocupadas por pequenos agricultores, pescadores, maricultores e demais moradores em terras indígenas.

§ 1º A comissão de que trata o *caput* deste artigo será formada levando-se em consideração as seguintes repre sentações:

I - três membros dentre as secre tarias do Estado;

II - um membro do Ministério Público;

III - um membro de organização não governamental com atuação reconhecida junto as comunidades dos Povos Indígenas; e

IV - um membro de organização não governamental com atuação reconhecida junto aos pequenos agricultores.

§ 2º A comissão funcionará junto à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura, que lhe prestará o apoio e a infraestrutura necessária, podendo, também, requisitar servidores públicos estaduais junto a outros órgãos.

§ 3º A Comissão instalar-se-á no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Lei e estabelecerá o prazo para conclusão dos trabalhos e as normas internas de funcionamento.

§ 4º A Comissão solicitará o apoio e a colaboração da Fundação Nacional do Índio - Funai e da Procuradoria da República no Estado, para executar as ações que viabilizarão o reconhecimento da colonização irregular e o cumprimento desta Lei.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Estadual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Luciane Carminatti

Lido no Expediente
Sessão de 27/03/13

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo solucionar de forma definitiva os inúmeros conflitos motivados pela posse de terras que ocorreram em nosso Estado entre os povos indígenas e os colonos.

O processo de ocupação do território catarinense, fomentado pelo Estado por meio de políticas oficiais de colonização, provocou a ocupação de áreas indígenas que foram consideradas terras devolutas. Progressivamente as empresas colonizadoras foram expulsando os povos indígenas de suas terras e estabelecendo o assentamento de colonos em terras que pertencem aos indígenas desde tempos imemoriais.

A disputa existente entre índios e colonos pela posse de terras é consequência da ação e da omissão do Estado no processo de ocupação das terras catarinenses. Portanto, cabe ao Estado a iniciativa de promover o reassentamento dos colonos estabelecidos em áreas indígenas.

O vizinho Estado do Rio Grande do Sul tem obtido avanços significativos na resolução de conflitos fundiários em áreas indígenas. Este é o momento de Santa Catarina também restabelecer a justiça e promover a paz entre os povos indígenas e os colonos que, de boa-fé, ocuparam seus territórios.

O Parlamento Catarinense se engrandecerá ao tomar a iniciativa de reparar injustiças historicamente cometidas em nosso Estado, cujos reflexos estão presentes nos dias atuais.

Por tais fundamentos, esperamos amplo apoio dos Parlamentares desta Casa para aprovação deste projeto que é de suma importância para o Estado de Santa Catarina.

Deputada Luciane Carminatti

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 070.4/13

Obriga a instalação de pontos sonoros adaptados nas portas de entrada de ônibus urbanos para deficientes visuais.

Art. 1º Os ônibus urbanos, públicos ou privados, no Estado de Santa Catarina, ficam obrigados a manter pontos sonoros adaptados, nas portas de entrada, para facilitar o acesso de pessoas com deficiência visual.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Estadual.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

2º Secretário

Lido no Expediente
Sessão de 27/03/13

JUSTIFICATIVA

A presente propositura busca resguardar os direitos e os interesses das pessoas com deficiência, assegurando-lhes a melhoria de sua condição individual e social.

Ao garantir pontos sonoros adaptados na porta de entrada de ônibus urbanos, a proposta visa a minorar a dificuldade encontrada pelos deficientes visuais, evitando, inclusive, seu constrangimento no momento da entrada no veículo, propiciando-lhes, assim, maior liberdade e segurança.

Neste sentido, a presente propositura faz jus à aprovação.

Deputado Nilson Gonçalves

2º Secretário

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 071.5/13

Assegura ao consumidor o direito a informação sobre a inexistência de assistência técnica no município.

Art. 1º Fica assegurado ao consumidor de produtos e serviços o direito a informação sobre a inexistência de assistência técnica no município onde é efetivada a contratação ou venda.

Parágrafo único. O fornecedor de produtos ou serviço deverá informar a ausência de assistência técnica em documento fiscal ou por intermédio de contrato devidamente assinado pelo consumidor.

Art. 2º O descumprimento da presente Lei implica ao infrator as sanções previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada nos termos do disposto no inciso III do art. 71 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente
Sessão de 27/03/13

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa assegurar ao consumidor a informação sobre a inexistencia de assistência técnica autorizada no município onde é efetuada a compra de produto ou a contratação de serviços.

Via de regra, o consumidor adquire um produto ou contrata um serviço sendo-lhe omitida, neste ato, a informação de que a assistência técnica inexiste no município e muitas vezes só será encontrada em localidades distantes da sua residência, ocasionando-lhe transtornos e despesas.

Visando à proteção do consumidor, apresento este Projeto de Lei à consideração deste Parlamento por entender ser matéria de interesse da sociedade catarinense, contando com a subsequente aprovação.

Deputado Ismael dos Santos

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 072.6/13

Dispõe sobre a redução do tempo de serviço para fins de aposentadoria aos doadores de sangue, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O doador de sangue terá redução no seu tempo de serviço para fins de aposentadoria, nos seguintes percentuais e condições:

I - 3,33% (três vírgula trinta e três por cento), quando doar quatro vezes ao ano, sendo a última em dezembro, por cinco anos;

II - 6,66% (seis vírgula sessenta e seis por cento), quando doar quatro vezes por ano, sendo a última em dezembro, por dez anos;

III - 10% (dez por cento), quando doar quatro vezes por ano, sendo a última em dezembro, por quinze anos;

IV - 13% (treze por cento), quando doar quatro vezes por ano, sendo a última em dezembro, por vinte anos; e

V - 15% (quinze por cento), quando doar quatro vezes por ano, sendo a última em dezembro, por vinte e cinco anos.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Estadual.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões,

Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente
Sessão de 27/03/13

JUSTIFICATIVA

A falta de doadores de sangue é constante, pondo em risco muitas vidas humanas que necessitam de transfusão de sangue, seja por ocasião de acidentes ou outras enfermidades.

O doador de sangue é um salvador de vidas, portanto, deve ter a sua compensação com relação também à sua vida.

O presente Projeto de Lei tem por escopo trazer benefícios aos doadores de sangue para fins de redução de tempo de serviço de sua aposentadoria, além de incentivar a doação de sangue e consequentemente a preservação de muitas vidas.

Pelas razões acima expostas, solicito aos nobres Pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

Deputado Aldo Schneider

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 073.7/13

Dispõe sobre o serviço de voluntário no âmbito do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º O serviço voluntário, incluído aquele previsto nos termos da Lei nº. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, rege-se no Estado de Santa Catarina pelas disposições desta Lei.

§ 1º Considera-se serviço voluntário, para os efeitos desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física, com objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos ou de assistência social, espontaneamente, sem vínculo empregatício e sem encargos trabalhistas, por pessoa física com idade superior a dezoito anos, conforme preconizado na Lei Federal n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

§ 2º Para o prestador do serviço voluntário poderá haver ressarcimento pelas despesas comprovadamente realizadas no seu exercício, desde que expressamente autorizadas pela esfera celebrante do Termo de Adesão.

Art. 2º Poderá ser admitido como prestador de serviço voluntário qualquer cidadão que atenda, no mínimo, às seguintes exigências:

I - idade mínima de dezoito anos;

II - prova de estar em dia com as obrigações concernentes ao serviço militar, em caso de candidato do sexo masculino; e

III - prova de ter cumprido com seus deveres eleitorais.

§ 1º As vagas poderão ser preenchidas por pessoas de qualquer formação acadêmica ou qualquer área de interesse, conforme necessidade da convenente em áreas de atuação que absorvam o serviço voluntário.

§ 2º Os servidores públicos aposentados por tempo de contribuição e na modalidade compulsaria terão preferência na celebração do Termo de Adesão aos demais interessados, enquanto pretendentes a serviços voluntariado pertinentes à sua área de atuação no serviço público.

Art. 3º A inscrição dos interessados à prestação de serviço voluntário deverá observar, no mínimo, a seguinte documentação:

a) cadastro;

b) cópias da Carteira de Identidade e do Cadastro de Pessoa Física;

c) comprovante de residência;

d) comprovante de matrícula (declaração) ou cópia de conclusão do curso, no caso de atividades que exijam qualificação específica; e

e) currículo resumido, incluído neste, se servidor público aposentado por tempo de contribuição ou compulsoriamente, a sua origem e a qualificação profissional.

Parágrafo único: Não será admitida nova inscrição de prestador de serviço voluntário desligado anteriormente por violação das proibições e deveres definidos nesta Lei.

Art. 4º Antes do início das atividades deverá ser celebrado Termo de Adesão entre a entidade pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, do qual constarão, entre outros dados dispostos em regulamentação, as tarefas específicas do prestador de serviço voluntário e, ainda, as vedações e deveres inerentes ao serviço voluntário, bem como as obrigações da Instituição.

Parágrafo único: O Termo poderá ser alterado pelas partes, de comum acordo, podendo ser rescindido unilateralmente por comunicação escrita, independentemente de motivação, a qualquer tempo, sendo tanto a designação como a dispensa do prestador de serviço voluntário.

Art. 5º Ao término da vigência do Termo de Adesão e não havendo renovação, será providenciado certificado que comprove o exercício de serviço voluntário, no qual constará a unidade onde o serviço voluntário foi prestado, bem como o período e a carga horária cumprida pelo prestador voluntário.

Art. 6º São obrigações da entidade pública ou privada, entre outras estabelecidas no Termo de Adesão, oferecer as condições necessárias para o desempenho das atribuições específicas do prestador do serviço voluntário.

Art. 7º Ao prestador de serviço voluntário é vedado, principalmente:

I - identificar-se, invocando sua qualidade de prestador de serviço voluntário, quando não estiver no pleno exercício das atividades voluntárias desenvolvidas; e

II - receber, a qualquer título, remuneração pela prestação do serviço voluntário.

Art. 8º São deveres do prestador de serviço voluntário, entre outros, sob pena de rescisão do Termo:

I - zelar pelo prestígio da entidade convenente e pela dignidade de seu trabalho, mantendo compor tamento compatível;

II - guardar sigilo sobre assuntos relativos à sua atividade;

III - observar a assiduidade, atuando com presteza nos trabalhos;

IV - tratar com urbanidade as pessoas;

V - executar as atribuições constantes do Termo de Adesão; e

VI - respeitar as normas pertinentes aos serviços execu tados.

Art. 9º O prestador de serviço voluntário é responsável por todos os atos que praticar no exercício de suas atribuições, respondendo pelo exercício irregular delas.

Art. 10º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias con tados da data da sua publicação.

Art. 11º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões,

Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente
Sessão de 27/03/13

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos à consideração dos Pares deste Parlamento visa dispor sobre o serviço de voluntário no âmbito do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Com efeito, o voluntariado é o conjunto de ações de interesse social e comunitário em que toda a atividade desempenhada reverte a favor do serviço e do trabalho, sendo realizado sem recebimento de qualquer contraprestação, contribuindo para um mundo mais justo e mais solidário.

No Brasil, a Lei nº 9.608/98, inegavelmente, constitui um avanço ao respaldar a prestação de serviço voluntário, regulamentando a prática do voluntariado e protegendo as entidades de reclamações na Justiça Trabalhista. A prática, pois, precisa ser difundida e regulamentada neste Estado de Santa Catarina.

Entre outros pontos, objetivamos abordar a possibilidade de ressarcimento pelas despesas comprovadamente realizadas no exercício do voluntariado, desde que expressamente autorizadas pela esfera celebrante do termo de adesão.

Destarte, define-se o serviço voluntário como a atividade não remunerada, prestada por pessoa física, com objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos ou de assistência social, espontaneamente, sem vínculo empregatício e sem encargos trabalhistas, por pessoa física com idade superior a dezoito anos, conforme preconizado na Lei Federal n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. E, também, estatui-se a obrigação de, ao término da vigência do termo de adesão, a formatação de certificado que comprove o exercício de serviço voluntário, no qual constará a unidade onde o serviço voluntário foi prestado, bem como o período e a carga horária cumprida pelo prestador.

De outro lado, o aumento da expectativa de vida tem levado aposentados a eleger uma vida cheia de movimento e de novos planos. Alguns, depois de formalmente aposentados, continuam suas atividades profissionais, chamando a atenção de muitos o voluntariado.

Ocorre que não é suficiente se ter vontade de fazer pelo voluntariado, mas é preciso estar preparado para isso. A experiência do voluntariado, contudo, importa em mão de obra preparada, o que se pode extrair do servidor público aposentado, até porque já teve a oportunidade de desenvolver atividades à sociedade por longo período de tempo e, ainda, tem muito mais para executar.

Portanto, é imperiosa a responsabilidade desta Casa de Leis na adoção de medidas que venham oportunizar melhores dias à população catarinense, em contribuição à uma sociedade mais justa.

Assim, e por entender que o direito a ser inserido mediante a proposição em tablado já é genericamente incontroverso e reconhecido, o que reflete na pertinência de ser inserido no ordenamento a regra proposta, solicitamos aos Pares desta Casa Legislativa a aprovação da iniciativa que ora apresentamos.

Deputado Aldo Schneider

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008.4/13

Altera a alínea "i", do inciso IV, do art. 1º, da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica e adota outras providências.

Art. 1º Altera a alínea "i", do inciso IV, do art. 1º, da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que específica e adota outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (....)

i) empregados em entidades culturais, recreativas, de assistência social, de orientação e formação profissional; (NR)"

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dirceu Dresch

Lido no Expediente
Sessão de 27/03/13

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

A presente proposição tem por escopo alterar a Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que específica e adota outras providências, tornando mais abrangente o artigo 1º da referida lei.

No texto original, a alínea "i", do inciso IV, do art. 1º, diz:

"Art. 1º - (....)

i) empregados em estabeleci mento de cultura;"

Atendendo reivindicação da categoria e das entidades representativas, como o Sindicato do Empregado em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, Orientação de Formação Profissional do Estado de Santa Catarina - SENALBA/SC, a Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina - CUT/SC e a Nova Central Sindical dos Trabalhadores de Santa Catarina - NCST/SC apresentamos a nova redação:

"Art. 1º - (...)

i) empregados em entidades culturais, recreativas, de assistência social, de orientação e formação profissional;"

Diante do exposto e atendendo as reivindicações da categoria, solicito o apoio dos demais Pares para aprovação da presente matéria.

Sala das Sessões,

Deputado Dirceu Dresch

*** X X X ***

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO Nº RQC/003.1/2013

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DA DEPUTADA ANGELA ALBINO
REQUERIMENTO RQS/0219.7/2013

A Deputada que este subscreve, avalizada pelas subscrições dos Deputados no Termo de Constituição e com amparo no Regimento Interno e na Resolução nº 005/2005, **REQUER** a Constituição da "Frente Parlamentar Mista de Combate à Violência em Santa Catarina", pelos fundamentos e motivos expostos no Termo de Constituição em anexo, que é parte integrante deste. No mais, acostamos expedientes recebidos de algumas Câmaras de Vereadores que já manifestaram a intenção de aderir à Frente Parlamentar Mista.

Outrossim, requer ainda conforme artigo 6º da Resolução 005/05, as providências necessárias para viabilizar assessoramento técnico à Frente Parlamentar em tela.

Florianópolis, 20 de março de 2013.

ANGELA ALBINO

Deputada Estadual - PCdoB

Deferido o requerimento
PROVIDENCIE-SE
Sessão de 27/03/13

*** X X X ***